

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 103

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 12 de junho de 2014

Comissão de Justiça aprova criação de 50 cargos no Ministério Público

Projeto de lei prevê a reestruturação do quadro de servidores da instituição

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Assembleia Legislativa aprovou, na manhã de ontem, proposta de reestruturação do quadro de servidores do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE). O Projeto de Lei nº 2036/14, encaminhado à Alepe pela Procuradoria Geral de Justiça, cria 50 cargos de técnico ministerial e de analista ministerial na instituição. A matéria, relatada pelo líder do Governo na Casa, deputado Waldemar Borges (PSB), altera dispositivos da Lei nº 12.956 de dezembro de 2005.

De acordo com o texto, a criação dos cargos atende ao limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Conforme a justificativa do projeto, mesmo



RINALDO MARQUES

REUNIAO – Colegiado debateu a proposta, que inclui a criação de cargos de engenheiro elétrico e de contabilista

com o preenchimento de todas as vagas no último concurso, “não foi possível atender à maior parte das solicitações dos diversos setores, incluídas várias Promotorias de Justiça da Capital e do Interior”. O

texto também salienta que não serão necessários novos recursos orçamentários para pessoal.

Está prevista ainda a criação das áreas de engenharia elétrica no cargo de analista ministerial e de contabilista

de no cargo de técnico ministerial, para suprir a deficiência de especialistas na instituição.

A presidente do colegiado, deputada Raquel Lyra (PSB), destacou a importância da matéria por

reforçar a estrutura do MPPE. “Considero interessante registrar a reestruturação do Ministério Público do Estado, a fim de reforçar a capacidade de atendimento da instituição”, destacou Raquel.

Os parlamentares também distribuíram uma matéria e aprovaram outras 11. Entre elas, a de nº 2042/14, de autoria do Governo do Estado, alterando a Lei nº 7.741, de outubro de 1978, que institui o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco. O projeto visa melhorar a estrutura das unidades administrativas nas áreas de educação e de segurança pública, para evitar a desconcontinuidade de repasses de recursos, motivada pela ineficiência administrativa.

Além disso, prevê reforço nos mecanismos de controle administrativo relativos à execução de despesas do tipo Suprimento de Fundos Institucional (SFI). A matéria também foi relatada pelo deputado Waldemar Borges.

Proteção

Frente Parlamentar realiza Seminário Saúde do Idoso

Entre as 300 mil pessoas que morrem por ano no Brasil por doenças cardíacas, acidente vascular cerebral e insuficiência renal, os idosos são os mais vulneráveis. Os dados foram apresentados, na manhã de ontem, no Seminário Saúde do Idoso, realizado pela Frente Parlamentar de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa da Casa Joaquim Nabuco.

O professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e cardiologista Hilton Chaves explicou que a pressão arterial tende a subir nessa faixa etária, e a obesidade, o sedentarismo e o uso de cigarro contribuem para o surgimento de doenças.



RINALDO MARQUES

BEM-ESTAR - Profissionais destacaram importância de atividades físicas, lazer e acompanhamento médico

Na palestra *Cuidando de quem cuida*, a psicóloga Marta Batista disse que os idosos precisam de atenção, mas devem aproveitar os prazeres da vida, como passeios e viagens. “O importante é ter pensamento positivo sempre”, ressaltou.

Segundo a fisioterapeuta Glúvia Barros, “a atividade física regular diminui a tontura e o risco de queda, além de trazer benefícios como a manutenção da independência funcional”.

De acordo com a promotora de Cidadania da Pessoa

Idosa da Capital, Luciana Dantas, o Ministério Público de Pernambuco está atento no sentido de garantir a saúde do idoso a partir do fomento de políticas públicas. “Estamos trabalhando na estruturação dos hospitais de referência para atendimento à pessoa

idosa, como o Oswaldo Cruz e Hospital Geral de Areias, e na nomeação de novos médicos. Além da instalação de Centros-Dia de Referência, unidade do Sistema Único de Assistência Social, e de serviços de convivência”, destacou Luciana. Nestes locais,

os idosos recebem atendimento e orientação de equipes multidisciplinares.

A presidente da frente, deputada Terezinha Nunes (PSDB), acredita que a saúde do idoso é uma grande preocupação para o Brasil. “Atualmente cerca de 10% da população são de idosos e o número aumentará, fazendo com que os sistemas público e privado apresentem um esgotamento. É preciso planejar e discutir o assunto para encontrar soluções”, avaliou.

Participaram do encontro a deputada Laura Gomes (PSB), representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Pernambuco (OAB/PE) e entidades ligada ao setor.

Apoio à reivindicação de estudantes da UPE

Falta de professores levou alunos a fazer protesto

A falta de estrutura da Universidade de Pernambuco (UPE) foi criticada, ontem à tarde, pela deputada Teresa Leitão (PT). Durante o Pequeno Expediente, a parlamentar solidarizou-se com os estudantes que fizeram um protesto anteontem em frente à Reitoria da UPE, no bairro de Santo Amaro, reivindicando melhor qualidade de ensino. A parlamentar pediu ao Governo do Estado que autorize a instituição a realizar concurso público para contratar professores.

Segundo ela, a criação de 280 vagas já foi aprovada pela Assembleia Legislativa,



CONCURSO - Teresa Leitão

faltando apenas a liberação pelo Executivo. “Este ano, alguns alunos não tiveram

aulas em determinadas disciplinas por falta de docentes”, lamentou.

Teresa solicitou às Comissões de Ciência, Tecnologia e Informática e de Educação e Cultura da Alepe que intervenham a fim de agilizar o processo. “Há algum tempo comemoramos a expansão do ensino superior para o Interior, mas, infelizmente, agora temos que lamentar, pois, segundo denúncias dos alunos, não há oferta regular de aulas”, destacou.

De acordo com a parlamentar, a situação compromete a formação dos futuros profissionais, como a

dos estudantes de Odontologia de Arcoverde, no Sertão, que não dispõem de laboratórios. “Eles precisam de equipamentos e material para terem sua formação validada dentro daquilo que a profissão requer”, observou, acrescentando que a situação não pode continuar.

Em pronunciamento também durante o Pequeno Expediente, a presidente da Comissão de Educação, deputada Laura Gomes (PSB), disse que vai se articular com a presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputada Terezinha Nunes (PSDB), para auxiliar na solução do problema.

Abastecimento

Desperdício de água em Pernambuco é alto

O deputado Tony Gel (PMDB) destacou, ontem à tarde, em Plenário, o desperdício de água pela população pernambucana, citando reportagem do *Diário de Pernambuco* publicada no último sábado (7). Na opinião do parlamentar, o abastecimento de água é um dos maiores problemas enfrentados pela humanidade.

O parlamentar salientou que, da saída da estação de tratamento até a chegada às torneiras nos consumidores, mais de 60% de água são desperdiçados. Segundo Tony Gel, o Nordeste é a ter-

ceira região com maior desperdício do Brasil. Ele também informou que no Estado, as cidades que mais desperdiçam água são Paulista, Olinda, Recife e Caruaru.

Tony Gel ressaltou que a humanidade cresce, o consumo aumenta e a água potável só faz diminuir. “O maior problema que a população enfrenta é poluição da água e a falta dela. A população precisa despertar para a realidade”, alertou. O deputado ainda destacou a Lei nº 166/2011, de sua autoria, que estabelece normas para



CONSUMO - Tony Gel

armazenamento e reaproveitamento das águas das chu-

vas, possibilitando o uso de recursos hídricos com sustentabilidade. “É o legado que vamos deixar. Podemos reaproveitar a água da chuva para várias atividades, sobrando mais para populações futuras”, afirmou Tony Gel.

A deputada Laura Gomes (PSB) também falou sobre o tema. A parlamentar ressaltou a importância do reaproveitamento e sugeriu que iniciativa seja debatida com os Governos Estadual e Federal. “Essa questão deve ser repensada e reforçada. A economia deve ser feita”, frisou Laura.

Coral



Em clima de Copa do Mundo, os integrantes do Coral Vozes de Pernambuco, formado por funcionários da Assembleia Legislativa do Estado, fizeram uma apresentação no Salão Nobre do Museu Palácio Joaquim Nabuco, na tarde de ontem, antes da Reunião Plenária. Sob regência do maestro Josias Gouveia, o grupo cantou diversas músicas alusivas ao campeonato de futebol e à Seleção Brasileira. Vários parlamentares se juntaram ao grupo e cantaram canções como Pra frente Brasil, Tema da vitória e Aquarela do Brasil.

NOTA DA REDAÇÃO

A Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) esclarece que os valores publicados na reportagem “Mudança no repasse de verba à Facepe em debate”, publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Poder Legislativo, referem-se ao orçamento mínimo garantido por lei à instituição. Dessa forma, os R\$ 7 milhões citados no texto representariam o orçamento mínimo antes da alteração da lei, e não o total repassado à fundação pelo Governo do Estado este ano. Com o novo cálculo, o orçamento mínimo cresceu 7,6 vezes, passando para R\$ 53 milhões.

PLENÁRIO

Hospital Mestre Vitalino começa a funcionar em Caruaru

A deputada Raquel Lyra (PSB) destacou, na tarde de ontem, a inauguração do Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru, no Agreste. Ela informou que a unidade de saúde entra em operação a partir do próximo sábado (14), com a presença do governador João Lyra Neto e do ministro da Saúde, Arthur Chioro. Segundo a parlamentar, o hospital foi construído às margens da BR-104 com verbas federais e estaduais e terá 250 novos leitos. “A unidade deve ser a maior do Interior, atendendo à população do Agreste e de outras regiões”, salientou. De acordo com Raquel, o centro médico vai oferecer atendimento em clínica médica, cirurgia geral, pediatria, cardiologia e neurologia. Também informou que, até o final do ano, vai ser inaugurado o Hospital da Mulher de Caruaru, com maternidade de alto risco e casa da gestante.



TV Novo Tempo inaugura estúdios no Estado

A inauguração dos estúdios da TV Novo Tempo, em Jaboatão dos Guararapes, ligada à União Nordeste do Brasil da Igreja Adventista, foi registrada pelo deputado Odacy Amorim (PT), ontem. O parlamentar informou que a emissora chega ao Estado pelo canal aberto 27, e vai retransmitir programação gerada em São Paulo. “O conteúdo é voltado para a valorização da família e dos bons costumes, com atenção especial para os jovens e crianças”, ressaltou. Aproveitando o clima de Copa do Mundo, Odacy Amorim também solicitou que todos deixem de lado as divergências políticas para torcer pelo hexa do Brasil. “Passamos a ser a vitrine do mundo nos próximos 30 dias. Não queremos e não precisamos de protestos agora. Vivemos um momento ímpar da nossa história, que será acompanhado por todas as nações”, frisou.



Câmara Municipal de Caruaru homenageia o ator Adélio Lima

Conhecido nacionalmente por interpretar o Rei do Baião no filme *Gonzaga – de pai para filho*, o ator caruaruense Adélio Lima foi condecorado pela Câmara Municipal de Caruaru na última terça-feira (10). A homenagem foi registrada pela deputada Laura Gomes (PSB), na tarde de ontem. Segundo a parlamentar, Adélio recebeu a Medalha Álvaro Lins, entregue a personalidades que se destacam na área da cultura. “Ele iniciou suas atividades artísticas em 1988, aos 17 anos, no Teatro Experimental de Arte de Caruaru. É um grande artista, reconhecido por seu trabalho e talento”, destacou. A socialista citou trabalhos de Adélio nos palcos e enfatizou que sua atuação no filme sobre Luiz Gonzaga abriu portas na TV Globo, onde o artista participou de novela. Laura disse que vai apresentar um Voto de Aplaos em reconhecimento ao trabalho de Adélio.



Atas

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2014, ÀS 10:00 HORAS..

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS GUILHERME UCHÔA E LAURA GOMES

AOS 05 (CINCO) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 10 (DEZ) HORAS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ÂNGELO FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO FERNANDO COUTINHO, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MANOEL SANTOS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RILDO BRAZ, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, ANDRÉ CAMPOS, ANTÔNIO MORAES, BOTAFOGO FILHO, DIOGO MORAES, EVERALDO CABRAL, JULIO CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, TEREZINHA NUNES, TONY GEL E VINÍCIUS LABANCA, , CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS LAURA GOMES E ÂNGELO FERREIRA, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DAS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS REALIZADAS NO DIA QUATRO DO CORRENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO LAURA GOMES PARA SAUDAR OS COMPONENTES DO TERREIRO DE XAMBÁ, BEM COMO DOS ALUNOS DO COLÉGIO NOVO MUNDO, PRESENTES DAS GALERIAS DESTA CASA. PROSSSEGUE COMENTANDO A ASSINATURA DE CONVÊNIO PELA PREFEITURA DO RECIFE, POR MEIO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, COM SEIS INSTITUIÇÕES, PARA DESENVOLVER PROJETOS NA ÁREA AMBIENTAL, EXPLICANDO QUE AS INICIATIVAS, FRUTO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, FORAM ESCOLHIDAS POR MEIO DE EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO ANO PASSADO. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE REGISTRA A PRESENÇA DO VEREADOR DO RECIFE, O SENHOR ADERALDO PINTO E NA GALERIA DESTA PLENÁRIO DO CORPO DOCENTE E DISCENTE DO COLÉGIO NOVO MUNDO, DO PRADO, RECIFE, PARTICIPANTES DO PROJETO “CONHECENDO A ASSEMBLEIA DE PERTO”. O DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO REGISTRA A PRESENÇA DOS ALUNOS DO COLÉGIO NOVO MUNDO, LOCALIZADO NO PRADO, NA CIDADE DO RECIFE, SALIENTANDO AOS ALUNOS QUE NESTA CASA SÃO DISCUTIDOS TEMAS RELEVANTES PARA A SOCIEDADE. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA OS PROFESSORES DO COLÉGIO NOVO MUNDO PARA RECEBEREM DAS MÃOS DO DEPUTADO ZÉ MAURICIO UM EXEMPLAR DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

ATUALIZADA E DO LIVRO “LUIZ GONZAGA: O MATUTO QUE CONQUISTOU O MUNDO”. O DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO DEFENDE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA INTERMINISTERIAL QUE AUTORIZA AS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS A REIDRATAR ATÉ 35% DE LEITE EM PÓ, DESTACANDO QUE A PORTARIA FOI ÚTIL DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA ESTIAGEM, QUANDO A PRODUÇÃO DA BACIA LEITEIRA EM PERNAMBUCO PASSOU DE 2,3 MILHÕES DE LITROS LEITE POR DIA PARA 600 MIL, MAS AGORA NÃO FAZ MAIS SENTIDO, ACRESCENTOU QUE, ATUALMENTE, A PRODUÇÃO ESTÁ EM TORNO DE 1 MILHÃO E 600 MIL LITROS LEITE POR DIA, MAS A PROCURA PELA INDÚSTRIA CONTINUA PEQUENA. O DEPUTADO ALUÍSIO LESSA REGISTRA A ENTREGA DO PRÊMIO VASCONCELOS SOBRINHO 2014. CRIADA EM 1990 PELA AGÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CPRH), PREMIAÇÃO TEM COMO OBJETIVO VALORIZAR O ESFORÇO DE ENTIDADES E PERSONALIDADES QUE ATUAM EM BENEFÍCIO DO MEIO AMBIENTE E DA QUALIDADE DE VIDA, INFORMOU QUE, ESTE ANO, SERÃO PREMIADAS DEZ CATEGORIAS, ENTRE ELAS, RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, PERSONALIDADE DO MEIO AMBIENTE, PROJETOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS. O DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO, ÚLTIMO ORADOR DO PEQUENO EXPEDIENTE PROPÕE UM PACTO ESTADUAL EM PROL DA MOBILIDADE URBANA, COMENTANDO PESQUISA DA EMPRESA DE TRÁFEGO TOMTOM, DIVULGADA ESTA SEMANA, APONTANDO RECIFE COMO A CAPITAL MAIS CONGESTIONADA DO PAÍS. FINALIZA LEMBRANDO QUE A COMISSÃO ESPECIAL DE MOBILIDADE URBANA DA CASA, DA QUAL FOI PRESIDENTE, PROMOVEU DEBATES COM SINDICATOS, UNIVERSIDADES E ENGENHEIROS DE TRÁFEGO, E VISITOU AS CIDADES DE CURITIBA E BOGOTÁ, NA COLÔMBIA, QUE SÃO EXEMPLO NO QUESITO MOBILIDADE. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE REGISTRA A PRESENÇA DOS VEREADORES TATÁ MEDRADO, DE SANTA MARIA DA BOA VISTA E VENCESLAU ALVES DA SILVA, DE QUIXABA. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL NºS 6293/2014 A 6296/2014, QUE OFERECE REDAÇÃO FINAL AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1828/2014, 1917/2014, 1977/2014 E AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1925/2014. É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1915/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 8161/2014 A 8188/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3497/2014 A 3507/2014. O SENHOR PRESIDENTE SUSPENDE A REUNIÃO POR DEZ MINUTOS PARA A ENTRADA DOS CONVIDADOS NO PLENÁRIO PARA O GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL DESTINADO A HOMENAGEAR A YALORIXÁ SEVERINA PARAÍSO DA SILVA (MÃE BIU), DE ACORDO COM O REQUERIMENTO Nº 3130/2014, DE AUTORIA DO DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO. (ASSUME A PRESIDÊNCIA A DEPUTADA LAURA GOMES). A SENHORA PRESIDENTE REABRE OS TRABALHOS ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL, CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS SENHORES: JORGE ARRUDA, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ ESTADUAL DA PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL; PEDRO LUIZ MOTA SOARES, DIRETOR REGIONAL DOS CORREIOS; IVO DE XAMBÁ, FILHO DE MÃE BIU E SACERDOTE DA CASA DE XAMBÁ; E A SENHORA MARIA DAS DORES SILVA DE MORAES, FILHA DE MÃE BIU. A SENHORA PRESIDENTE CONVIDA TODOS A OUVIREM O CANTO RELIGIOSO PARA IANSÁ, PATRONA DA CASA DE XAMBÁ, ACOMPANHADO PELOS OGANS QUE TOCARAM OS ELÚS DO TERREIRO DE XAMBÁ. A SENHORA PRESIDENTE LAURA GOMES DESTACA EM SEU PRONUNCIAMENTO A VIDA DE MÃE BIU, RESSALTANDO A IMPORTÂNCIA DE SUA LUTA PARA A COMUNIDADE DO XAMBÁ, CITANDO QUE MÃE BIU ATUOU EM DEFESA DA REABERTURA DOS TERREIROS FECHADOS EM 1938, DURANTE A DITADURA DE GETÚLIO VARGAS, PRESERVANDO ASSIM ESSA TRADIÇÃO RELIGIOSA. A SENHORA PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO

ISALTINO NASCIMENTO, AUTOR DO REQUERIMENTO PARA DESTACAR QUE A HISTÓRIA DE MÃE BIU SE MISTURA COM A DA TRADIÇÃO XAMBÁ, INICIADA EM MACEIÓ, NA DÉCADA DE 1920, RESSALTANDO A IMPORTÂNCIA DO GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL COMO UM PASSO EM DEFESA DA LIBERDADE RELIGIOSA. A SENHORA PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR HILDO LEAL, HISTORIADOR DA CASA DE XAMBÁ PARA DESTACAR A CULTURA ADVINDA DOS NEGROS TRAZIDOS AO BRASIL COMO ESCRAVOS, RESSALTANDO O PRECONCEITO SOFRIDO PELAS RELIGIÕES AFRO-DESCENDENTES. A SENHORA PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO MESTRE-DE-CERIMÔNIAS DA EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, O SENHOR JOSÉ MARINHO, PARA CONDUÇÃO DA OBLITERAÇÃO DO SELO COMEMORATIVO AO CENTENÁRIO DE MÃE BIU. O MESTRE-DE-CERIMÔNIA CONVIDA O DIRETOR GERAL DOS CORREIOS, PEDRO LUIZ MOTA SOARES, O DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO E O SENHOR IVO DE XAMBÁ PARA PROCEDEREM O ATO DE OBLITERAÇÃO DO REFERIDO SELO, COMUNICANDO QUE ESTE CONSTARÁ DO ACERVO DOS CORREIOS, EXPOSTO NO CENTRO CULTURAL DOS CORREIOS. A SENHORA PRESIDENTE CONVIDA A TODOS A ASSISTIREM AO VÍDEO EM HOMENAGEM A CASA DE XAMBÁ, INTITULADO “XAMBÁ, A HISTÓRIA DE UM QUILOMBO URBANO”. A SENHORA PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR IVO DE XAMBÁ, FILHO DE MÃE BIU E SACERDOTE DA CASA DE XAMBÁ QUE CITOU JOAQUIM NABUCO, PATRONO DA ALEPE, COMO GRANDE ABOLICIONISTA E RESSALTOU A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO ATUAR COMO UMA CASA DE DIÁLOGOS, COM ABERTURA DEMOCRÁTICA PARA AS TRADIÇÕES RELIGIOSAS. FINALIZA DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS NEGROS, RESSALTANDO QUE DEMOCRACIA É A LIBERDADE DE EXERCÍCIO DA RELIGIÃO POR TODOS. A SENHORA PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR JORGE ARRUDA, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, NESTE ATO REPRESENTANDO O GOVERNO DO ESTADO PARA RESSALTAR A IMPORTÂNCIA DAS TRADIÇÕES XAMBÁ. A SENHORA PRESIDENTE REGISTRA A PRESENÇA DOS SENHORES ALEXANDRE LODO, NESTE ATO REPRESENTANDO O COMITÊ NACIONAL DE RESPEITO À DIVERSIDADE RELIGIOSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E QUILOMBO CULTURAL MALUGUINHO; ANTÔNIO MARTINS DA SILVA, FILHO DE MÃE BIU; EDSON DO CARMO, SARGENTO PM E FILHO DE SANTO DE IVO DE XAMBÁ; E DO SENHOR DITO DE OXOSSÍ, BABALORIXÁ DA CASA DE IRE AXÉ AYRÁ ADIÁOSI. A SENHORA PRESIDENTE CONVIDA A TODOS A OUVIREM AS TOADAS DA NAÇÃO XAMBÁ, CANTADAS PELOS MEMBROS E DEMAIS CONVIDADOS DO POVO DE SANTO, ACOMPANHADO PELOS OGANS QUE TOCARÃO OS ELÚS DO TERREIRO DE XAMBÁ, REVERENCIANDO OS ORIXÁS. (REASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA). O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 8220/2014 A 8241/2014, OS REQUERIMENTOS NºS 3508/2014 A 3514/2014 E ENCAMINHA ÀS PRIMEIRA, TERCEIRA E QUINTA COMISSÕES O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2034/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. (REASSUME A PRESIDÊNCIA A DEPUTADA LAURA GOMES). A SENHORA PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA A PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS..

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS GUILHERME UCHOA E ANDRÉ CAMPOS

AOS 09 (NOVE) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, ALBERTO FEITOSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHÔA, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MANOEL SANTOS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, PASTOR CLEITON COLLINS, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, SÉRGIO LEITE, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, ALUÍSIO LESSA, BETINHO GOMES, DIOGO MORAES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, ISALTINO NASCIMENTO, ODACY AMORIM, PEDRO SERAFIM NETO, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR E SÍLVIO COSTA FILHO, FALTOU O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES,

CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHOA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS CLAUDIANO MARTINS FILHO E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA CINCO DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, NO QUAL CONSTAM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2035/2014, 2037/2014 A 2041/2014 E O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2042/2014, ORIUNDOS DO PODER EXECUTIVO; E O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2036/2014, ORIUNDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE SOLICITA UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DA SERVIDORA TERESA MARIA DE ANDRADE. ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO MANOEL SANTOS PARA REGISTRAR A PASSAGEM DOS 52 ANOS DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (FETAPE), COMEMORADOS NO DIA SEIS DE JUNHO, DESTACANDO QUE A INSTITUIÇÃO É UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL QUE DESDE SUA FUNDAÇÃO TEM COMO OBJETIVO PROMOVER OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DO CAMPO. O DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA COMENTA O INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE BRT DO RECIFE, INFORMANDO QUE PARTICIPOU DA VIAGEM INAUGURAL DE ÔNIBUS NA ÚLTIMA QUINTA, JUNTAMENTE COM DIVERSAS AUTORIDADES, ELOGIANDO O SISTEMA, AVALIANDO A INICIATIVA COMO UM IMPORTANTE PASSO NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE MOBILIDADE. A DEPUTADA TEREZINHA NUNES TRATA SOBRE O ENCONTRO PROMOVIDO PELO PAPA FRANCISCO COM O PRESIDENTE DE ISRAEL, SHIMON PERES, E O PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, MAHMOUD ABBAS, NO ÚLTIMO DOMINGO NOS JARDINS DO VATICANO, RESSALTANDO QUE ESTE PÉ UM ENCONTRO SEM PRECEDENTES ENTRE JUDEUS, CRISTÃOS E MUÇULMANOS, REGISTRANDO QUE DURANTE O ENCONTRO O PAPA FEZ UM ALERTA AOS CONVIDADOS DE QUE É PRECISO TER MAIS CORAGEM PARA OBTER PAZ DO QUE PARA FAZER A GUERRA. O DEPUTADO ADALTO SANTOS, ÚLTIMO ORADOR DO PEQUENO EXPEDIENTE REGISTRA DECLARAÇÃO FEITA PELO MINISTRO DA SAÚDE, ARTHUR CHIORO, SOBRE O CRESCIMENTO DA AIDS ENTRE OS JOVENS, ANALISANDO QUE A DISTRIBUIÇÃO DE PRESERVATIVOS NÃO É UM POLÍTICA PÚBLICA CORRETA, RESSALTANDO QUE A MEDIDA SÓ ESTIMULA A SEXUALIDADE E CAUSA PREJUÍZOS À MORAL FAMILIAR. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO RICARDO COSTA, ÚNICO ORADOR DO GRANDE EXPEDIENTE PARA REGISTRAR OS 32 ANOS DO CONFLITO ENVOLVENDO O REINO UNIDO E A ARGENTINA PELA POSSE DAS ILHAS MALVINAS, TERRITÓRIO QUE ESTÁ SOB O COMANDO DOS BRITÂNICOS DESDE O FIM DA GUERRA, LEMBRANDO QUE O POVO ARGENTINO TRANSFORMOU A DATA NO DIA DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS ARGENTINOS NOS TERRITÓRIOS DO ATLÂNTICO SUL. (ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS). O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL Nº 6302/2014, QUE OFERECE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1915/2014. SÃO APROVADOS PRIMEIRA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2008/2014, 2009/2014, 2010/2014 E 2011/2014. É ADIADA A PRIMEIRA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1971/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 8189/2014 A 8219/2014. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 8242/2014 A 8254/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3515/2015 A 3518/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA AMANHÃ, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS..

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO

AOS 10 (DEZ) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, HENRIQUE

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: **Presidente,** Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente,** Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente,** Deputado André Campos; **1º Secretário,** Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário,** Deputado Claudiano Martins Filho ; **3º Secretário,** Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário,** Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio José de Lira C. Torres; **Chefe do Cerimonial** - Franklín Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Fabiane Cavalcanti; **Subeditora** - Manoela Moreira; **Repórteres** - Anselmo Monteiro, Fernandino Neto, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá, Rinaldo Marques e Williams Aguiar (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ÂNGELO FERREIRA, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, MANOEL SANTOS, PEDRO SERAFIM NETO, RICARDO COSTA E TERESA LEITÃO, FALTOU O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO , DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS LAURA GOMES E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA NOVE DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, NO QUAL CONSTAM: O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2043/2014, ORIUNDO DO TRIBUNAL DE CONTAS; O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2044/2014, ORIUNDO DA MESA DIRETORA E O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2045/2014, ORIUNDO DO PODER EXECUTIVO, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR PAR PARABENIZAR A ESCOLA SYLVIO RABELLO, PELA CELEBRAÇÃO DOS 150 ANOS DO CURSO DE MAGISTÉRIO NO RECIFE, SALIENTANDO QUE FOI A PRIMEIRA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO RECIFE, CRIADA EM 1864, COM O NOME DE ESCOLA NORMAL DO RECIFE, FUNCIONAVA EM UM PEQUENO LOCAL NO PAÇO ALFÂNDEGA E NO INÍCIO DOS ANOS 1970, O COMPLEXO EDUCACIONAL INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (IEP) E NO FINAL DA DÉCADA O INSTITUTO SE TRANSFERIU PARA A ESCOLA SYLVIO RABELLO, NO BAIRRO DE SANTO AMARO. O DEPUTADO TONY GEL SOLICITA AO GOVERNO DO ESTADO APOIO NO SENTIDO DE IMPULSIONAR O COMÉRCIO DA CIDADE DE ABREU E LIMA, QUE UM MÊS APÓS OS SAQUES AO COMÉRCIO DAQUELA CIDADE, DEZENAS DE LOJISTAS AINDA SOMAM PREJÚIZOS E NÃO CONSEGUIRAM RETOMAR AS ATIVIDADES, DESTACANDO QUE OS LOJISTAS PERDERAM O PODER DE COMPRA E NÃO TERÃO COMO RECOLHER SEUS IMPOSTOS, SUGERINDO A CRIAÇÃO DE UMA LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA OS EMPRESÁRIOS PREJUDICADOS, APONTANDO A NECESSIDADE DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS POR UM PERÍODO DETERMINADO, PARA QUE OS LOJISTAS SE RECUPEREM. O DEPUTADO ODACY AMORIM REGISTRA A INAUGURAÇÃO DE UM CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE NO DISTRITO DE RAJADAS, EM PETROLINA, PARABENIZANDO A GESTÃO DA CIDADE PELA IMPLANTAÇÃO DO NOVO EQUIPAMENTO PÚBLICO, INFORMANDO QUE POR DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, O NOVO ESPAÇO FAZ HOMENAGEM A PLÍNIO AMORIM, NATURAL DA REGIÃO, QUE FOI VEREADOR PETROLINENSE POR 26 ANOS. O DEPUTADO EDUARDO PORTO DESTACA OS 30 ANOS DE FUNCIONAMENTO DO METRÔ DO RECIFE, TRATANDO DO PROJETO DE LEI DE SUA AUTORIA QUE CRIA VAGÕES EXCLUSIVOS PARA MULHERES NOS SISTEMAS FERROVIÁRIO E METROVIÁRIO DO ESTADO, DEFENDENDO AGILIDADE NA Apreciação DA PROPOSIÇÃO QUE OBJETIVA COIBIR A AÇÃO DE ALGUNS HOMENS QUE SE APROVEITAM DA SUPERLOTAÇÃO DOS VAGÕES PARA ASSEDIAR PASSAGEIRAS. A DEPUTADA LAURA GOMES, ÚLTIMA ORADORA DO PEQUENO EXPEDIENTE COMENTA O LEVANTAMENTO DA ONG CONTAS ABERTAS, APONTANDO O RECIFE COMO A CAPITAL BRASILEIRA MAIS TRANSPARENTE EM RELAÇÃO AOS GASTOS PÚBLICOS, LEMBRANDO QUE A PESQUISA FOI DIVULGADA NO MÊS PASSADO E AVALIOU A QUALIDADE DOS PORTAIS DE DIVULGAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONIBILIZADOS PELO PODER PÚBLICO, PARABENIZANDO A GESTÃO DA PREFEITURA DO RECIFE. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS PARA APELAR ÀS IGREJAS PARA QUE ORIENTEM AS COMUNIDADES NO SENTIDO DE GARANTIR A PAZ DURANTE O EVENTO DA COPA DO MUNDO, AFIRMANDO QUE AGUARDA A DIVULGAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA PELA SECRETARIA DA COPA E PELO GOVERNO DO ESTADO. O ORADOR É APARTEADO PELOS DEPUTADOS BETINHO GOMES, ADALTO SANTOS E ZÉ MAURÍCIO. O DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI SOLICITA PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE COMBATER O AUMENTO DA CRIMINALIDADE DO INTERIOR DO ESTADO, SUGERINDO UM POLICIAMENTO MAIS OSTENSIVO A FIM DE COMBATER A VIOLÊNCIA TANTO NA ZONA RURAL COMO NAS CIDADES DO INTERIOR, LEMBRANDO OS RECENTES ASSALTOS EM MACAPARANA. O ORADOR É APARTEADO PELOS DEPUTADOS ADALTO SANTOS E PASTOR CLEITON COLLINS. O DEPUTADO SÉRGIO LEITE, ÚLTIMO ORADOR DO GRANDE EXPEDIENTE INFORMA QUE A BANCADA DE OPOSIÇÃO PROTOCOLOU NOVOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO, RELATIVO AO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, MECANISMO FINANCEIRO QUE TRATA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO

SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS. FINALIZA RESSALTANDO QUE A OPOSIÇÃO QUER INFORMAÇÕES SOBRE OS CONVÊNIOS REALIZADOS PELO GOVERNO DESDE 2007 ATÉ OS DIAS DE HOJE, E, AINDA, DETALHES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DA COPA, COMO VALOR DOS TERRENOS, CUSTO DA ARENA E VALOR A SER PAGO PELA MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2008/2014, 2009/2014, 2010/2014, 2011/2014 E 2001/2014; E OS SUBSTITUTIVOS Nº 01 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 489/2011 E 1521/2013, 1566/2013 E 1813/2014. SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1574/2013 E 2003/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 8220/2014 A 8241/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3508/2014 A 3513/2014. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 8255/2014 A 8295/2014; OS REQUERIMENTOS NºS 3519/2014 A 3528/2014; DEFERE OS REQUERIMENTOS Nº 3529/2014 E 3530/2014, QUE SOLICITAM QUE TRAMITEM EM REGIME DE URGÊNCIA OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2043/2014 E 2044/2014, RESPECTIVAMENTE; E ENCAMINHA ÀS PRIMEIRA, TERCEIRA E QUINTA COMISSÕES O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2046/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA LOGO MAIS ÀS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS, PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO PROFESSOR MILTON DA SILVA JÚNIOR.

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO SOLENE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2014, ÀS 18:40 HORAS..

PRESIDÊNCIA DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES

AOS 10 (DEZ) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, MANOEL SANTOS, MARCANTÔNIO DOURADO, PEDRO SERAFIM NETO, RICARDO COSTA, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, TERESA LEITÃO, FALTOU O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES. CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA DÁ INÍCIO À SOLENIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO PROFESSOR MILTON DA SILVA JÚNIOR, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 1230/2014, DE AUTORIA DO DEPUTADO DANIEL COELHO, CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS SENHORES: DEPUTADA TEREZINHA NUNES, PRESIDENTE DESTA REUNIÃO; ARNALDO MENDONÇA, DIRETOR DO SINDICATO DAS ESCOLAS PARTICULARES E CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO; RIVALDO MENDES DE ALBUQUERQUE, VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE); E DO SENHOR DEOCLÉCIO DE QUEIROZ GUERRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). PASSA A PALAVRA À SENHORA PRESIDENTE, QUE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OUVES-SE O HINO NACIONAL BRASILEIRO. A SENHORA PRESIDENTE TEREZINHA NUNES DESTACA EM SEU PRONUNCIAMENTO QUE PERNAMBUCO É UMA TERRA ESPECIAL, QUE ACOLHE BEM A TODOS, SEM DISTINÇÃO. A SENHORA PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO DANIEL COELHO, AUTOR DA RESOLUÇÃO PARA DESTACAR A HISTÓRIA E CARREIRA DE MILTON DA SILVA JÚNIOR, QUE CHEGOU AO RECIFE EM 1961, AOS SETE ANOS, E, DESDE CEDO, BUSCOU SEGUIR A VOCAÇÃO DE BIÓLOGO. A SENHORA PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO DANIEL COELHO A ENTREGAR O TÍTULO DE CIDADÃO DE PERNAMBUCO, UMA IMAGEM DE UM “CABOCLO DE LANÇA”, FIGURA DO MARACATU RURAL, CONFECIONADA PELO ARTESÃO SUSSULA DE TRACUNHAÉM E DO “CATALOGO DE PEÇAS MUSEAIS DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO”, OBRA LANÇADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO AO PROFESSOR MILTON DA SILVA JÚNIOR. A SENHORA PRESIDENTE CONVIDA A SENHORA EDJA SENHORINHO, FUNCIONÁRIA DO CERIMONIAL DESTA CASA PARA FAZER A ENTREGA DE UM

RAMALHETE À SENHORA MARIA FERNANDA MENDES DE ALBUQUERQUE, ESPOSA DO HOMENAGEADO. A SENHORA PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO PROFESSOR MILTON DA SILVA JÚNIOR PARA AFIRMAR QUE O MAGISTÉRIO É UM SACERDÓCIO, RESSALTANDO A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO ATITUDE POLÍTICA. O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS REGISTRA O RECEBIMENTO DE TELEGRAMAS LAMENTANDO A IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO NESTA REUNIÃO DOS SENHORES JOÃO LYRA NETO, GOVERNADOR DO ESTADO E DO SENHOR GERALDO JULIO, PREFEITO DO RECIFE E AS PRESENCAS DE PROFESSORES, ALUNOS, FAMILIARES E AMIGOS DO HOMENAGEADO, CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO DE PERNAMBUCO, CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL AGRADECE PELAS PRESENCAS, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2014.

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 6309, 6310, 6344, 6345 E 6346 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1973, 2029, 2030, 2043 e 2044.
 À Imprimir.

PARECER Nº 6311 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 aos Projetos de Lei nºs 489 e 1521.
 À Imprimir.

PARECER Nº 6312 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1566.
 À Imprimir.

PARECER Nº 6313 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1813.
 À Imprimir.

PARECERES NºS 6314, 6315, 6316, 6317 E 6318 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 2001, 2008, 2009, 2010 e 2011.
 À Imprimir.

PARECER Nº 6319 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1824.
 À Imprimir.

PARECER Nº 6320 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1873, juntamente com a Emenda nº 01.
 À Imprimir.

PARECERES NºS 6321, 6322, 6323, 6324, 6325, 6326 E 6327 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável aos Projetos nºs 2012, 2013, 2014, 2015, 2020, 2021 e 2026.
 À Imprimir.

PARECERES NºS 6328, 6341, 6342 E 6343 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos nºs 2029, 2030 2043 e 2044.
 À Imprimir.

PARECERES NºS 6329, 6330, 6331, 6332, 6333, 6334, 6335, 6336, 6337, 6338, 6339 E 6340 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos nºs 2030, 2031, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043 e 2044.
 À Imprimir.

CT- GRE NºS 06.006 - DIRETORIA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS DA CLARO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7723 , da Deputada Mary Gouveia.
 Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

CT- GRE NºS 06.007 E 06.008 - DIRETORIA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS DA CLARO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 7642 e 7639, do Deputado João Fernando Coutinho.
 Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

CARTA CAC Nº 071 - DO GERENTE DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO A CLIENTES DO GRUPO NEOENERGIA - CELPE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7975, do Deputado Pastor Cleiton Collins.
 Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

OFÍCIO Nº 358 - DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DA PREFEITURA DO RECIFE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7912, do Deputado Rildo Braz.
 Dê-se conhecimento àquela parlamentar.

OFÍCIO Nº 373 - DO DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO - DETRAN-PE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7721, do Deputado Eduardo Porto.
 Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

OFÍCIO Nº 488 - DO SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 8047, do Deputado Aluísio Lessa.
 Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

OFÍCIO Nº 694 - DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7909, do Deputado Diogo Moraes.
 Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

OFÍCIO Nº 844 - DO GERENTE REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7936, do Deputado Zé Maurício.
 Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

COMUNICADOS NºS 48000 A 48099, 48100 A 48199 E 48200 A 48299 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
 Às 2ª e 5ª Comissões

Mensagens

MENSAGEM Nº 101/2014

Recife, 10 de junho de 2014.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei Complementar, que altera as Leis Complementares nº 118 e nº 119, de 26 de junho de 2008.

O Projeto de Lei Complementar em apreço visa a assegurar a possibilidade de cessão de servidores da carreira de Analista de Controle Interno e da carreira de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão, respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento) do quantitativo de cargos da respectiva carreira, bem como observada, sempre, a prévia anuência do Secretário da respectiva pasta.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei Complementar.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 10 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar Nº 2045/2014

Ementa: Altera as Leis Complementares nº 118 e nº 119, de 26 de junho de 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 118, de 26 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“§ 1º A cessão de que trata o *caput* dependerá, sempre, de prévia anuência do Secretário de Planejamento e Gestão, respeitado o

limite máximo de 5% (cinco por cento) do quantitativo de cargos da Carreira de que trata esta Lei Complementar.” (NR)

Art. 2º O § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 119, de 26 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“§ 1º A cessão de que trata o *caput* deste artigo dependerá, sempre, de prévia anuência do Secretário da Controladoria Geral do Estado, respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento) do quantitativo de cargos da Carreira de que trata esta Lei Complementar.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 10 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

As 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

REPUBLICADA

MENSAGEM Nº 102/2014

Recife, 10 de junho de 2014.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei Complementar, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco - IPEM.

A presente proposição dá continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual, o qual busca a sua valorização por meio da organização das estruturas salariais.

As razões expostas e a importância da proposição induzem-me à convicção de que se emprestará, ao Projeto, o apoio indispensável à sua formalização, razão pela qual solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na respectiva tramitação.

Nessa expectativa, colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevada consideração e distinto apreço.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 11 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar Nº 2047/2014

Ementa: Corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As Grades de vencimento base dos cargos públicos de Analista de Gestão em Metrologia e Qualidade Industrial; de Assistente de Gestão em Metrologia e Qualidade Industrial; e de Auxiliar de Gestão em Metrologia e Qualidade Industrial, integrantes do Grupo Ocupacional de Gestão Metrológica - GOGM, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco - IPEM, instituído pela Lei Complementar n.º 199, de 21 de dezembro de 2011, passam a vigorar com os valores nominais definidos nos Anexo Único da presente Lei, a partir das datas ali indicadas, já computada a majoração equivalente a 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ANALISTA DE GESTÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

MATRIZES (com intervalos de 5%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 12%)						
	I						
Mestrado	2.412,32	2.484,69	2.559,23	2.636,01	2.715,09	2.796,54	2.880,44
Especialização	2.297,45	2.366,37	2.437,36	2.510,48	2.585,80	2.663,37	2.743,27
Curso de Especialização 180h	2.188,05	2.253,69	2.321,30	2.390,94	2.462,67	2.536,55	2.612,64
Graduação	2.083,85	2.146,37	2.210,76	2.277,08	2.345,40	2.415,76	2.488,23
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	II						
Mestrado	3.226,09	3.322,87	3.422,56	3.525,24	3.630,99	3.739,92	3.852,12
Especialização	3.072,47	3.164,64	3.259,58	3.357,37	3.458,09	3.561,83	3.668,69
Curso de Especialização 180h	2.926,16	3.013,94	3.104,36	3.197,49	3.293,42	3.392,22	3.493,99
Graduação	2.786,82	2.870,42	2.956,53	3.045,23	3.136,59	3.230,69	3.327,61
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	III						
Mestrado	4.314,37	4.443,81	4.577,12	4.714,43	4.855,87	5.001,54	5.151,59
Especialização	4.108,93	4.232,20	4.359,16	4.489,94	4.624,63	4.763,37	4.906,27
Curso de Especialização 180h	3.913,26	4.030,66	4.151,58	4.276,13	4.404,41	4.536,55	4.672,64
Graduação	3.726,92	3.838,73	3.953,89	4.072,50	4.194,68	4.320,52	4.450,14
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	IV						
Mestrado	5.769,78	5.942,87	6.121,16	6.304,79	6.493,94	6.688,76	6.889,42
Especialização	5.495,03	5.659,88	5.829,68	6.004,57	6.184,70	6.370,24	6.561,35
Curso de Especialização 180h	5.233,36	5.390,36	5.552,07	5.718,63	5.890,19	6.066,90	6.248,91
Graduação	4.984,15	5.133,68	5.287,69	5.446,32	5.609,71	5.778,00	5.951,34
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ASSISTENTE DE GESTÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

MATRIZES (com intervalos de 5%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 12%)						
	I						
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360h	1.525,21	1.570,97	1.618,09	1.666,64	1.716,64	1.768,14	1.821,18
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.452,58	1.496,16	1.541,04	1.587,27	1.634,89	1.683,94	1.734,46
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.383,41	1.424,91	1.467,66	1.511,69	1.557,04	1.603,75	1.651,86

Ensino Médio Completo	1.317,53	1.357,06	1.397,77	1.439,70	1.482,89	1.527,38	1.573,20
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	II						
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360h	2.039,72	2.100,91	2.163,94	2.228,86	2.295,72	2.364,60	2.435,53
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.942,59	2.000,87	2.060,89	2.122,72	2.186,40	2.252,00	2.319,56
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.850,09	1.905,59	1.962,76	2.021,64	2.082,29	2.144,76	2.209,10
Ensino Médio Completo	1.761,99	1.814,85	1.869,29	1.925,37	1.983,13	2.042,63	2.103,91
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	III						
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360h	2.727,80	2.809,63	2.893,92	2.980,74	3.070,16	3.162,26	3.257,13
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	2.597,90	2.675,84	2.756,11	2.838,80	2.923,96	3.011,68	3.102,03
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	2.474,19	2.548,42	2.624,87	2.703,62	2.784,73	2.868,27	2.954,32
Ensino Médio Completo	2.356,37	2.427,06	2.499,88	2.574,87	2.652,12	2.731,68	2.813,63
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	IV						
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360h	3.647,99	3.757,43	3.870,15	3.986,26	4.105,84	4.229,02	4.355,89
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	3.474,27	3.578,50	3.685,86	3.796,43	3.910,33	4.027,64	4.148,47
Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	3.308,83	3.408,10	3.510,34	3.615,65	3.724,12	3.835,84	3.950,92
Ensino Médio Completo	3.151,27	3.245,81	3.343,18	3.443,48	3.546,78	3.653,19	3.762,78
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE GESTÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS							
MATRIZES (com intervalos de 5%)	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 12%)						
	I						
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.089,44	1.122,12	1.155,79	1.190,46	1.226,17	1.262,96	1.300,85
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.037,56	1.068,69	1.100,75	1.133,77	1.167,78	1.202,82	1.238,90
Ensino Fundamental Completo	988,15	1.017,80	1.048,33	1.079,78	1.112,17	1.145,54	1.179,91
Formação até a 4ª Série do Ensino Fundamental	941,10	969,33	998,41	1.028,36	1.059,21	1.090,99	1.123,72
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	II						
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.456,95	1.500,66	1.545,68	1.592,05	1.639,81	1.689,00	1.739,67
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.387,57	1.429,20	1.472,07	1.516,23	1.561,72	1.608,57	1.656,83
Ensino Fundamental Completo	1.321,49	1.361,14	1.401,97	1.444,03	1.487,35	1.531,97	1.577,93
Formação até a 4ª Série do Ensino Fundamental	1.258,57	1.296,32	1.335,21	1.375,27	1.416,53	1.459,02	1.502,79
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	III						
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	1.948,43	2.006,89	2.067,09	2.129,11	2.192,98	2.258,77	2.326,53
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	1.855,65	1.911,32	1.968,66	2.027,72	2.088,55	2.151,21	2.215,74
Ensino Fundamental Completo	1.767,29	1.820,30	1.874,91	1.931,16	1.989,10	2.048,77	2.110,23
Formação até a 4ª Série do Ensino Fundamental	1.683,13	1.733,62	1.785,63	1.839,20	1.894,38	1.951,21	2.009,74
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	IV						
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240h	2.605,71	2.683,89	2.764,40	2.847,33	2.932,75	3.020,74	3.111,36
Ensino Fundamental Completo com Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180h	2.481,63	2.556,08	2.632,76	2.711,75	2.793,10	2.876,89	2.963,20
Ensino Fundamental Completo	2.363,46	2.434,36	2.507,39	2.582,62	2.660,09	2.739,90	2.822,09
Formação até a 4ª Série do Ensino Fundamental	2.250,91	2.318,44	2.387,99	2.459,63	2.533,42	2.609,43	2.687,71
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 3%)	a	b	c	d	e	f	g

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 11 de junho de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

Errata

ERRATA

No despacho das Mensagens nº 99 e 100

Onde se lê:
Deferido

Leia-se:
À Publicação

Pareceres de Comissões

Parecer N º 6319/2014

Substitutivo 01/2014
Autoria: CCLJ
Projeto de Lei Ordinária nº. 1824/2014
Autoria: Deputado Isaltino Nascimento.

EMENTA: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº1824/2014.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº. 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, e o substitutivo 01/2014 da CCLJ, que alterou integralmente o projeto original.

O Projeto de Lei em análise torna obrigatório a toda pessoa jurídica de direito privado que opera planos de assistência à saúde a buscar por vagas nas unidades hospitalares conveniadas, e a remoção dos pacientes de sua origem até a unidade disponibilizadora da vaga.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e arts. 192 e 194, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo;

Os princípios gerais da defesa do consumidor, dispostos no artigo 4º da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código do Consumidor, estão assim prescritos:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, Cabe ao legislador identificar, conforme a reivindicação do consumidor, qual a medida mais correta a ser tomada para defendê-lo, levando-se em conta não só a Lei n.º 8.078/90, mas também os princípios gerais do direito, costumes e casos semelhantes.

A adesão a um plano privado de assistência a saúde, constitui uma relação de consumo e o Consumidor deve sempre ser protegido, pois é a parte mais fraca desta relação e mais ainda, porque o objeto a ser defendido é um dos bens mais preciosos de todo ser humanos, a vida e a saúde.

Dessa forma o presente Projeto de Lei Ordinária em comento, constitui um marco em defesa dos interesses dos usuários de planos privados, que muitas vezes ficam sem a garantia efetiva de atendimento em situações críticas, sob a alegação da inexistência de leitos.

A presente proposta busca inspiração no modelo adotado pela rede pública de saúde, onde existe uma central que informa e encaminha o paciente para a vaga disponível, de acordo com a necessidade, garantindo inclusive sua remoção, favorecendo um atendimento mais rápido e seguro, zelando pela vida do mais vulnerável, cumprindo desta forma, preceito constitucional.

Diante do exposto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão Cidadania seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº. 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, com as alterações introduzidas pelo substitutivo 01/2014 da CCLJ.

Laura Gomes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Diante do exposto, tendo em vista as considerações do relator, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária n.º 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, com as alterações introduzidas pelo substitutivo 01/2014 da CCLJ.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.
Relator : Laura Gomes.
Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6320/2014

Emenda Modificativa 01/2014

Autoria: CCLJ

Projeto de Lei Ordinária nº. 1873/2014

Autoria: Deputado Pastor Cleiton Collins.

EMENTA: Altera o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 1873/2014.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº. 1873/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, com a Emenda Modificativa 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

O Projeto de Lei em análise visa alterar a Lei n°14.807, de 31 de Outubro de 2012, que determina aos estabelecimentos fornecedores de refeições rápidas - Fast Food – informarem aos seus consumidores por meio de tabela afixada em local visível e de fácil acesso, os índices nutricionais e calóricos das refeições oferecidas e dá outras providências, com modificações sobre sanção administrativa, apresentada pela emenda modificativa.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e arts. 192 e 194, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo;

O Projeto de Lei apresentado tem como objetivo alterar a Lei nº14.807, com a finalidade de que restaurantes, lanchonetes ou qualquer estabelecimento que trabalhe com produtos alimentícios - não apenas nos *fast food*, como a presente Lei determina - informarem aos seus consumidores, em locais visíveis os índices nutricionais e calóricos das refeições oferecidas, através da porção do alimento, nas vitrines junto ao preço, ou próximo a descrição da refeição, ou ainda nos cardápios.

A proposta do Legislador se dá em decorrência de que a obesidade é um dos problemas mais importantes que a Saúde Pública enfrenta hoje no Brasil, e com ela se adquire uma série de doenças o que diminui a qualidade de vida da população. Medidas protetivas, são de extrema importância para auxílio do combate ao problema, e através da presente proposta, as pessoas poderão se informar sobre a quantidade da ingestão diária de calorias, através do fácil acesso às informações elaboradas por um profissional graduado em nutrição e se prevenir optando de forma consciente por uma refeição mais saudável.

A Emenda Modificativa vem para aperfeiçoar o Projeto de Lei, instituindo que em caso de infração a Lei, o dono do estabelecimento ficará sujeito às sanções administrativas e a fiscalização será da competência de órgãos públicos.

Diante do exposto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão Cidadania seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº. 1873/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, com as alterações da emenda modificativa 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Diante do exposto, tendo em vista as considerações do relator, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária n.º 1873/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, com as alterações da emenda modificativa 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6321/2014

Projeto de Resolução nº. 2012/2014

Autoria: Deputado Pastor Cleiton Collins.

EMENTA: Concede título honorífico de Cidadã Pernambucana a cantora Damares Alves Bezerra de Oliveira. **Aprovado.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº. 2012/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins.

O Projeto de Resolução, em análise, concede título honorífico de Cidadã Pernambucana a cantora Damares Alves Bezerra de Oliveira.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o inciso VII, do Parágrafo Primeiro, do art. 278, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

De acordo com a justificativa o projeto de resolução visa conceder o Título de Cidadã Pernambucana a cantora Damares Alves Bezerra de Oliveira, nascida em Umuarama, Paraná, vindo de uma família humilde, iniciou sua carreira como cantora evangélica desde muito jovem.

Devido a origem familiar, seu pai é pernambucano, Damares, possui grande afeto e ligação com o estado de Pernambuco. Realizou inúmeras visitas ao Estado, fortificou vínculos já existentes e se moveu com os problemas sociais existentes e decidiu a partir de então, colaborar para a solução dos mesmos.

Em 2003, a cantora ajudou a fundar a Sociedade Assistencial Saravida, que auxilia a população através de acompanhamentos a adolescentes, jovens e adultos, que se encontram em situação de vulnerabilidade e que são usuários de substâncias químicas nocivas ao organismo. Damares participa também, do Projeto Recuperando Vidas com Jesus, onde através da palavra de Deus, recupera jovens do uso de drogas e da criminalidade.

Neste ano, fundou também uma Casa de Recuperação Feminina, em Olinda. Além da contribuição essencial para essas fundações, Damares realiza shows para a arrecadação de doações, como cestas básicas, roupas e mantimentos, para auxiliar as suas fundações, abrindo mão do cachê pessoal.

Por todo o exposto, entendemos mais que justa a presente proposta e somos pela **Aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Laura Gomes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 2012/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.
Relator : Laura Gomes.
Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6322/2014

Projeto de Resolução nº. 2013/2014

Autoria: Deputado Aluísio Lessa.

EMENTA: Concede título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Cledorvino Belini. **Aprovado.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº. 2013/2014, de autoria do Deputado Aluísio Lessa.

O Projeto de Resolução, em análise, concede título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Cledorvino Belini.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o inciso VII, do Parágrafo Primeiro, do art. 278, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

De acordo com a justificativa o projeto de resolução visa conceder o Título de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Cledorvino Belini, nascido São Paulo, formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e cursou a pós-graduação em Finanças no curso de mestrado da USP.

Possuidor de uma ampla trajetória no Grupo da Fiat, implementou ações de responsabilidade social em Minas Gerais e sob sua responsabilidade se encontra em fase de implantação a fábrica da FIAT neste Estado, sendo a primeira do nordeste, o que sem dúvida movimentará o desenvolvimento econômico com a geração de impostos e vagas de trabalho para o povo pernambucano.

Por todo o exposto, entendemos mais que justa a presente proposta e somos pela **Aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 2013/2014, de autoria do Deputado Aluísio Lessa.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6323/2014

Projeto de Resolução nº. 2014/2014

Autoria: Deputado Guilherme Uchôa.

EMENTA: Concede título honorífico de Cidadão Pernambucano a Márcio Stefanni Monteiro Mo-rais. **Aprovado.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº. 2014/2014, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa.

O Projeto de Resolução, em análise, concede título honorífico de Cidadão Pernambucano a Márcio Stefanni Monteiro Moraes.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o inciso VII, do Parágrafo Primeiro, do art. 278, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

De acordo com a justificativa o projeto de resolução visa conceder o Título de Cidadão Pernambucano a Márcio Stefanni Monteiro Moraes, nascido na Paraíba, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Possuidor de uma ampla trajetória profissional iniciou sua carreira no Banco Nordeste. Concursado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

Márcio contribui significativamente para o crescimento do estado, através da sua dedicação, atraiu diversos investimentos nacionais e internacionais. Devido a sua extrema importância para a economia local, foi convidado a assumir o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco.

Por todo o exposto, entendemos mais que justa a presente proposta e somos pela **Aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Betinho Gomes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 2014/2014, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.
Relator : Betinho Gomes.
Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6324/2014

Projeto de Resolução nº. 2015/2014

Autoria: Deputado Waldemar Borges.

EMENTA: Concede Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, post mortem, a Ruy Pereira dos Santos. **Aprovado.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº. 2015/2014, de autoria do Deputado Waldemar Borges.

O Projeto de Resolução, em análise, concede Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, post mortem, a Ruy Pereira dos Santos.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o inciso VII, do Parágrafo Primeiro, do art. 278, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

De acordo com a justificativa o projeto de resolução visa conceder o Título de Cidadão Pernambucano, post mortem, a Ruy Pereira dos Santos, nascido na Paraíba, formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Possuidor de uma ampla trajetória profissional iniciou sua carreira como professor da Universidade Federal de Pernambuco, desenvolveu várias pesquisa e publicou artigos científicos.

Em 1985, Ruy foi convidado para ser Diretor Regional da Fundação SESP, onde elaborou projetos importantes para a saúde pública, recuperando assim toda a rede sanitária e hospitalar. Através de programas implementados, como o da saúde da mulher, da criança e do adulto, sistema de esgotamento, abastecimento de água, entre outros, beneficiou a vida de inúmeras pessoas.

Sempre com dedicação, Ruy honrou com seus objetivos, através da luta em defesa do coletivo, com ética, justiça, e honestidade, que sempre foram características primordiais do mesmo.

Por todo o exposto, entendemos mais que justa a presente proposta e somos pela **Aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Laura Gomes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 2015/2014, de autoria do Deputado Waldemar Borges.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.

Relator : Laura Gomes.

Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6325/2014

Projeto de Resolução nº. 2020/2014

Autoria: Deputado Clodoaldo Magalhães.

EMENTA: Concede título honorífico de Cidadã Pernambucana a Ilustríssima Senhora Ana Maria Martins Cézar de Albuquerque. **Aprovado.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº. 2020/2014, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães.

O Projeto de Resolução, em análise, concede título honorífico de Cidadã Pernambucana a Ilustríssima Senhora Ana Maria Martins Cézar de Albuquerque.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o inciso VII, do Parágrafo Primeiro, do art. 278, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

De acordo com a justificativa o projeto de resolução, visa conceder o título honorífico de Cidadã Pernambucana a Ilustríssima Senhora Ana Maria Martins Cézar de Albuquerque, nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, formou-se em Medicina pela Universidade de Pernambuco e cursou a residência médica em pediatria, na mesma Universidade.

Devido ao seu esforço e dedicação, possui uma ampla trajetória, sempre se dedicando a salvar vidas no Estado de Pernambuco. Durante sua carreira profissional, conquistou vários cargos de chefia, e atualmente possui o cargo de Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco.

Por todo o exposto, entendemos mais que justa a presente proposta e somos pela **Aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Betinho Gomes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 2020/2014, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.

Relator : Betinho Gomes.

Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6326/2014

Projeto de Resolução nº. 2021/2014

Autoria: Deputado Rodrigo Novaes.

EMENTA: Concede título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Angelo Bellelis. **Aprovado.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº. 2021/2014, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes.

O Projeto de Resolução, em análise, concede título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Angelo Bellelis.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o inciso VII, do Parágrafo Primeiro, do art. 278, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

De acordo com a justificativa o projeto de resolução, visa conceder o título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Angelo Bellelis, nascido em São Paulo, com formação de Engenheiro Eletricista.

Após uma trajetória de grande sucesso, Angelo, em 2008, veio para Pernambuco, quando foi convidado a implantar e ser presidente do Estaleiro Atlântico Sul, sendo esta a obra do maior Estaleiro do Hemisfério Sul e com a fabricação do primeiro Petroleiro fabricado no Estado. Devido a esses feitos, inúmeros postos de trabalho foram ofertados para a população, contribuindo diretamente e indiretamente para o desenvolvimento econômico de Pernambuco.

Atualmente, é presidente do SINAVAL N-NE e conselheiro da AMCHAM Recife, da ABS mundial e da ABENDI-Brasil. Além desses diversos feitos durante os 6 anos residentes em Pernambuco, Angelo, está desenvolvendo um projeto para melhorar o trânsito entre Recife e Suape, que trará diversos benefícios à mobilidade do Estado.

Por todo o exposto, entendemos mais que justa a presente proposta e somos pela **Aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 2021/2014, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.

Relator : Terezinha Nunes.

Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6327/2014

Projeto de Resolução nº. 2026/2014

Autoria: Deputado Daniel Coelho.

EMENTA: Concede o título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Pastor Baruch da Silva. **Aprovado.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº. 2026/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho.

O Projeto de Resolução, em análise, concede título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Pastor Baruch da Silva.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o inciso VII, do Parágrafo Primeiro, do art. 278, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

De acordo com a justificativa o projeto de resolução, visa conceder o título honorífico de Cidadão Pernambucano ao Pastor Baruch da Silva, nascido em Codó, no Estado do Maranhão, que desde seus 15 anos de idade se converteu ao Evangelho, dedicando-se a vida missionária, e espalhando a palavra de Deus nas Igrejas Batista que passava.

Veio para Pernambuco em 1987 e desde então vem se dedicando à igreja evangélica de Pernambuco, onde se tornou Pastor titular da Primeira Igreja Batista em Gravatá e serviu também como Pastor Efetivo nas igrejas de Piedade, Torrões, Ponte dos Carvalhos, Pontezinha, Aliança, e também na Igreja Evangélica Batista Central, em Carpina e na Segunda Igreja Batista de São Lourenço da Mata.

Após uma trajetória de ampla dedicação, revitalizou o corpo diaconal, despertou vocações, e fez a celebração do Jubileu de ouro ministerial do Pastor, no município de Carpina, além de ter sediado também a extensão de educação religiosa, beneficiando as Igrejas Batistas da Mata Norte.

Por todo o exposto, entendemos mais que justa a presente proposta e somos pela **Aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Betinho Gomes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 2026/2014, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 10 de junho de 2014.

Presidente: Betinho Gomes.

Relator : Betinho Gomes.

Favoráveis os (3) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6328/2014

Comissão de Administração Pública

Projeto de Lei Ordinária Nº 2029/2014

Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2029/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 88 de 03 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa efetivar abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 154.818.193,58 (cento e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezoito mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos), em favor do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM.;

2.2- A solicitação em apreço objetiva reforçar dotação orçamentária para apoiar planos de trabalho municipais de investimento nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, saúde, segurança, desenvolvimento social, meio ambiente e sustentabilidade..

2.3-Para tanto, os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei serão os provenientes do superavit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Tesouro do Estado, em 31.12.2013, na fonte “0137 – Recursos do PBL (BID) – PROCONFIS/PE”, e da anulação de dotações de terceiros, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

2.4-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que o evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa efetivar a liberação de recursos no valor acima mencionado, em favor do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM, neste Estado.***

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2029/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.

Relator : Ângelo Ferreira.

Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6329/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2030/2014

Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ABRIR CRÉDITO

SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014, NO VALOR DE R\$ 10.149.000,00 (DEZ MILHÕES, CENTO E QUARENTA E NOVE MIL REAIS), EM FAVOR DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FEHIDRO, PARA REFORÇAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INSUFICIENTE PARA COBRIR DESPESAS RELATIVAS À EXECUÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS, PARA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DE COMBATE À ESTIAGEM QUE ASSOLA O INTERIOR DO ESTADO, COM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO NO AGRESTE E SERTÃO. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2030/2014, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 90/2014, de 03 de junho de 2014, que visa abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, crédito suplementar no valor de R\$ 10.149.000,00 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil reais), em favor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com o objetivo de reforçar dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas relativas à execução de projetos na área de recursos hídricos, para aplicação no âmbito das ações emergenciais de combate à estiagem que assola o interior do Estado, com a implantação de sistemas de dessalinização no agreste e sertão.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nele versada encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 123, I e III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembleia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Observa-se, ainda, que o projeto está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, vez que foi feita exposição justificativa consignando a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa.

Com efeito, conforme consta da proposição governamental (art. 2º), os recursos destinados à abertura do crédito suplementar serão provenientes da anulação, em igual importância, da dotação discriminada no Anexo II.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320, de 1964 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for possível).

Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, consoante disposto no art. 96, I, do Regimento Interno.

Dessa forma, ressaltando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2030/2014, de autoria do Governador do Estado.

Waldemar Borges
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2030/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.

Relator : Waldemar Borges.

Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6331/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2035/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014, NO VALOR DE R\$ 355.756,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS), EM FAVOR DA DA EMPRESA PERNAMBUCO DE COMUNICAÇÃO S/A - EPC, PARA REFORÇAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA VIABILIZAR AS DESPESAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ÓRGÃO, BEM COMO A PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TELEVISÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2035/2014, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 92/2014, de 05 de junho de 2014, que visa abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, crédito suplementar no valor de R\$ 355.756,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais), em favor da Empresa Pernambuco de Comunicação S/A - EPC, com o objetivo de reforçar dotação orçamentária para viabilizar as despesas de operacionalização do órgão, bem como a produção e manutenção do sistema de televisão do Estado de Pernambuco.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nele versada encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 123, I e III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembleia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Observa-se, ainda, que o projeto está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, vez que foi feita exposição justificativa consignando a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa.

Com efeito, conforme consta da proposição governamental (art. 2º), os recursos destinados à abertura do crédito suplementar serão provenientes da anulação, em igual importância, da dotação discriminada no Anexo II.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320, de 1964 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for possível).

Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, consoante disposto no art. 96, I, do Regimento Interno.

Dessa forma, ressaltando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2035/2014, de autoria do Governador do Estado.

Waldemar Borges
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2035/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.

Relator : Waldemar Borges.

Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6332/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2036/2014

Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR DISPOSITIVOS E ANEXOS DA LEI nº 12.956, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005, MODIFICADA PELA LEI nº 13.536, DE 8 DE SETEMBRO DE 2008, PELA LEI nº 13.134, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006, E PELA LEI nº 14.031, DE 31 DE MARÇO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA RELATIVA À AUTONOMIA FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, NOS TERMOS DO 127, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 68, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 2036/2014, de autoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco, encaminhado à esta Assembléia Legislativa pelo Procurador Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, que visa alterar dispositivos e Anexos da Lei nº 12.956, de 16 de dezembro de 2005, modificada pela Lei nº 13.536, de 8 de setembro de 2008, pela Lei nº 13.134, de 14 de novembro de 2006, e pela Lei nº 14.031, de 31 de março de 2010, e dá outras providências.

Consoante justificativa apresentada,

“Encaminho a Vossa Excelência para deliberação dessa Egrégia Assembleia, o Projeto de Lei visando à adequação da Lei nº 12.956/2005, de 16.12.2005, que dispõe sobre a estrutura dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE, com fundamento nos arts. 127, § 2º, 129, § 4º, da Constituição Federal de 1988, 69 da Constituição do Estado de Pernambuco e § 1º do art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 12/94, com as alterações posteriores.

Este Projeto de Lei foi fruto de proposta elaborada pela Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas desta Procuradoria Geral de Justiça, e, posteriormente, a aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça da MPPE.

Desta forma, constitui-se o presente como necessidade de adequação da estrutura do Quadro Efetivo de servidores ministeriais às atuais necessidades da Instituição.

O aumento no número de cargos de Técnico Ministerial e de Analista Ministerial visa à adequação do Ministério Público de Pernambuco com o objetivo de melhor atender às demandas da sociedade.

Destaque-se que, após o último concurso realizado para provimento das vagas do quadro de apoio técnico-administrativo, apesar de preenchidas todas as vagas, não foi possível atender à maior parte das solicitações dos diversos setores, incluídas várias Promotorias de Justiça da Capital e do interior.

Por outro lado, visando suprir a deficiência de especialistas, ficam criadas as áreas de engenharia elétrica no cargo de analista ministerial e de contabilidade no cargo de técnico ministerial.

Frise-se que os cargos de Analista Ministerial Suplementar e Técnico Ministerial Suplementar sofreram redução em seus quantitativos em razão da natureza dos mencionados cargos, os quais extinguem-se com a aposentação e/ou outra forma de fim do vínculo dos seus titulares com o Ministério Público de Pernambuco.

É certo que a criação dos 50 (cinquenta) cargos ora proposta ainda não solucionará por completo o déficit de servidores no MPPE. Todavia, esta é a possibilidade do momento, tendo em vista nosso limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, não será necessária a alocação de novos recursos orçamentários para pessoal, sendo certo que há disponibilidade orçamentária para fazer face às respectivas despesas.”
A proposição tramita sob regime de ordinário.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual c/c art. 194, V, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. Inicialmente, ressalto que o Poder Ministério Público do Estado de Pernambuco goza de autonomia administrativa e financeira, a qual é garantida constitucionalmente.

Portanto, ele possui legitimidade para propor à Assembléia Legislativa projetos de lei que visem criar cargos, nos termos do art. 127, § 2º da Constituição Federal e do art. 68, da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 127 O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.”;

“Art. 68. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, dispondo a lei sobre sua organização e funcionamento”

Posto isso, cumpre informar que o estudo acerca dos impactos financeiros decorrentes desta lei, anexados à proposição, deverão ser apreciados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, à qual competirá analisar os aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis orçamentárias, nos termos do art. 96, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo. Dessa forma, ressaltando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do projeto de lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2036/2014, de autoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Waldemar Borges
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vistas as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Projeto de Lei Ordinária nº 2036/2014, de autoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Waldemar Borges.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6333/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2037/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI N° 14.046, DE 30 DE ABRIL DE 2010, QUE AUTORIZA A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS ÁREAS QUE ESPECIFICA.. AUTORIZAÇÃO CONDICIONADA, NOS TERMOS DO ART. 8º, § 2º, DA LEI Nº 11.206, DE 31 DE MARÇO DE 1995, À COMPENSAÇÃO DA VEGETAÇÃO SUPRIMIDA, COM A PRESERVAÇÃO OU RECUPERAÇÃO DE ECOSSISTEMA SEMELHANTE, CORRESPONDENTE ÀS ÁREAS DEGRADADAS, NO MÍNIMO, COM IDÊNTICA EXTENSÃO FÍSICA. ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2037/2014, de autoria do Governador do Estado, que visa Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica. O projeto trata de modificação na área de vegetação a ser suprimida, conforme consta da Mensagem nº 093/2014, vejamos:

O Projeto de Lei ora encaminhado promove a modificação de áreas referentes à supressão de vegetação de preservação permanente já autorizada pela Lei nº 14.046, de 2010, e alterações. Tais áreas são constituídas de mata atlântica, mangue, restinga e outros tipos de vegetação em Área de Preservação Permanente.

É de se ressaltar que a alteração legislativa ora proposta se deve à necessidade de compatibilizar a autorização com as áreas a serem utilizadas na implantação das seguintes obras de infraestrutura: construção do Canal da Tabatinga, Canal da PTA, Rodoferrovia Berna, Retroáerea - Cais 8 e 9 e obra de instalação do empreendimento Royal Moriner.

Ademais, a proposição anexa não implica aumento da área de vegetação a ser suprimida.

Verifica-se, portanto que se trata de mera modificação de área não havendo ampliação da área a ser suprimida, mantida no mesmo quantitativo do previsto e autorizado na Lei nº 14.046/2010, mantidas às compensações das vegetações suprimidas, com a preservação ou recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas no mínimo correspondentes às degradadas, nos termos já definidos na Lei nº 14.046, de 2010.

Por fim, saliento que a proposição tramita sob regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É de se ressaltar que a supressão da vegetação em tela permanecerá condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995. Dispõe o citado dispositivo legal:

“Art. 8º É proibida a supressão parcial ou total da vegetação permanente, salvo quando necessário a execução de obras, planos ou projetos de utilidade pública ou interesse social e não existam Estado nenhuma outra alternativa de área de uso.

.....
§ 2º A supressão da vegetação de que trata este artigo deverá ser composta com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em no mínimo correspondente a área degradada que garante a evolução e a ocorrência dos processos ecológicos, anteriormente a conclusão da obra.”

Ressalte-se, ainda, que, conforme dispõe o art. 1º, II da Lei nº 14.990, de 29 de maio de 2013, “fica condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995. Inexistem quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição ora em análise.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2037/2014, de autoria do Governador do Estado.

Waldemar Borges Deputado
3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2037/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 11 de junho de 2014.
--

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Waldemar Borges.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6334/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2038/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR SUPRESSÃO DE SEGMENTOS DE VEGETAÇÃO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS ÁREAS QUE ESPECIFICA, E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTORIZAÇÃO CONDICIONADA, NOS TERMOS DO ART. 8º, § 2º, DA LEI Nº 11.206, DE 31 DE MARÇO DE 1995, À COMPENSAÇÃO DA VEGETAÇÃO SUPRIMIDA, COM A PRESERVAÇÃO OU RECUPERAÇÃO DE ECOSSISTEMA SEMELHANTE, CORRESPONDENTE ÀS ÁREAS DEGRADADAS, NO MÍNIMO, COM IDÊNTICA EXTENSÃO FÍSICA. ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2038/2014, de autoria do Governador

do Estado, que visa Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica. De acordo com a Mensagem nº 094/2014, a autorização de supressão de vegetação deverá ser realizada em áreas localizadas nos Municípios de Palmares e de Bonito, ambos neste Estado, tem por finalidade viabilizar a construção da variante da PE-103, obra de relevante interesse público.

A supressão em tela, uma vez autorizada, ficará condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995.

Ressalte-se, por fim, que a execução de qualquer obra ou serviço no local onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.

A autorização para supressão de segmentos de vegetação de que trata esta Lei fica condicionada à compensação das vegetações suprimidas, com a preservação ou recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas no mínimo correspondentes às degradadas, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995.

Por fim, saliento que a proposição tramita sob regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É de se ressaltar que a supressão da vegetação em tela permanecerá condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995. Dispõe o citado dispositivo legal:

“Art. 8º É proibida a supressão parcial ou total da vegetação permanente, salvo quando necessário a execução de obras, planos ou projetos de utilidade pública ou interesse social e não existam Estado nenhuma outra alternativa de área de uso.

.....
§ 2º A supressão da vegetação de que trata este artigo deverá ser composta com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em no mínimo correspondente a área degradada que garante a evolução e a ocorrência dos processos ecológicos, anteriormente a conclusão da obra.”

Ressalte-se, ainda, que, conforme dispõe o art. 1º, II da Lei nº 14.990, de 29 de maio de 2013, “fica condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 1995. Inexistem quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição ora em análise.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2038/2014, de autoria do Governador do Estado.

Waldemar Borges Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2038/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 11 de junho de 2014.
--

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Waldemar Borges.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6335/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2039/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INCLUIR AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015 E ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014, NO VALOR DE R\$ 1.600.000,00 (UM MILHÃO E SEISCENTOS MIL REAIS), EM FAVOR DO FUNDO DE INOVAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – INOVAR-PE. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2039/2014, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 95/2014, de 06 de junho de 2014, que visa incluir Ação no Plano Plurianual 2012/2015 e abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), em favor do Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nele versada encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 123, I e III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembleia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Observa-se, ainda, que o projeto está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, vez que foi feita exposição justificativa consignando a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa.

Com efeito, conforme consta da proposição governamental (art. 3º), os recursos destinados à abertura de crédito especial serão provenientes da anulação, em igual importância, das dotações orçamentárias, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, especificadas no Anexo II constante do projeto.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320, de 1964 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for possível).

Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, consoante disposto no art. 96, I, do Regimento Interno.

Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2039/2014, de autoria do Governador do Estado.

Tony Gel Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2039/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 11 de junho de 2014.
--

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6336/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2040/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INCLUIR AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015 E ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014, NO VALOR DE R\$ 272.738,00 (DUZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o

Projeto de Lei Ordinária nº 2040/2014, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 96/2014, de 06 de junho de 2014, que visa incluir Ação no Plano Plurianual 2012/2015 e abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 272.738,00 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais), em favor da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nele versada encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 123, I e III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembleia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Observa-se, ainda, que o projeto está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, vez que foi feita exposição justificativa consignando a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa.

Com efeito, conforme consta da proposição governamental (art. 3º), os recursos destinados à abertura de crédito especial serão provenientes da anulação, em igual importância, das dotações orçamentárias, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, especificadas no Anexo II constante do projeto.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320, de 1964 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for possível).

Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, consoante disposto no art. 96, I, do Regimento Interno.

Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2040/2014, de autoria do Governador do Estado.

Tony Gel Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2040/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 11 de junho de 2014.
--

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6337/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2041/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INCLUIR AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015 E ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014, NO VALOR DE R\$ 12.813.372,11 (DOZE MILHÕES, OITOCENTOS E TREZE MIL, TREZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E ONZE CENTAVOS), EM FAVOR DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA E DA SECRETARIA DA CASA CIVIL. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2041/2014, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 97/2014, de 06 de junho de 2014, que visa incluir Ação no Plano Plurianual 2012/2015 e abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 12.813.372,11 (doze milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e setenta e dois reais e onze centavos), em favor da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e da Secretaria da Casa Civil.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nele versada encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, I e 123, I e III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembleia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Observa-se, ainda, que o projeto está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, vez que foi feita exposição justificativa consignando a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa.

Com efeito, conforme consta da proposição governamental (art. 3º), os recursos destinados à abertura de crédito especial serão provenientes da anulação, em igual importância, das dotações orçamentárias, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, especificadas no Anexo II constante do projeto.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320, de 1964 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for possível).

Destaque-se, por fim, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, consoante disposto no art. 96, I, do Regimento Interno.

Dessa forma, ressaltando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2041/2014, de autoria do Governador do Estado.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2041/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6338/2014

Projetos de Lei Complementar nº 2042/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI N° 7.741 DE 23 DE OUTUBRO DE 1978, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA INSERIDA NA ESFERA DE *COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE* DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE *DIREITO FINANCEIRO* (ART. 24, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vêm a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Complementar nº 2042/2014, de autoria do Governador do Estado, que visa alterar a Lei n° 7.741 de 23 de outubro de 1978, que institui o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco. Conforme exposto na Mensagem Governamental, a proposição ora em análise tem os seguintes objetivos e justificativas: “O Projeto de Lei Complementar em apreço visa a propiciar uma melhor estruturação da ação das unidades administrativas nas áreas de educação e de segurança pública, para que não venham a sofrer com a descontinuidade de repasses de recursos, motivada pela ineficiência administrativa, ao mesmo tempo em que reforça os mecanismos de controle administrativo relativos à execução de despesas do tipo Suprimento de Fundos Institucional (SFI). Ademais, a presente proposição decorre da necessidade de aperfeiçoar o sistema de prestação de contas desse tipo de despesa (SFI), estabelecendo obrigações e punições para os maus gestores.” O projeto de lei em referência tramita sob regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual c/c com o art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria encontra-se inserida na esfera de **competência legislativa concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal para dispor sobre **direito financeiro**, conforme estabelece o art. 24, I, da CF/88, *in verbis*:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;”

Registre-se, por fim, que não identifico quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade nas proposições ora em análise. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 2042/2014, de autoria do Governador do Estado.

Waldemar Borges
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 2042/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Waldemar Borges.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6339/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2043/2014
Autor: Tribunal de Justiça do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA REAJUSTAR A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 96, II, “B”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 48, V, “C” DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária n° 2043/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que visa reajustar a remuneração dos cargos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e dar outras providências.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual c/c art. 194, III, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. Inicialmente, ressalto que o Poder Judiciário Estadual goza de autonomia administrativa e financeira, a qual é garantida

constitucionalmente e exercida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Portanto, ele possui legitimidade para propor à Assembléia Legislativa projetos de lei que visem a organizar suas secretarias e serviços auxiliares, a criar e extinguir cargos e a fixar os vencimentos dos servidores que exercem as atividades auxiliares, dentre outras funções, nos termos do do 96, II, “b”, da Constituição Federal e do art. 48, V, “c” da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 96. Compete privativamente:

.....

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;”

“Art. 48 A autonomia administrativa será assegurada ao Poder Judiciário estadual, através do Tribunal de Justiça, competindo-lhe:

V – propor à Assembléia Legislativa:

c) a criação e extinção de cargos, inclusive de juiz, bem como de comarcas;”

Posto isso, cumpre informar que o estudo acerca dos impactos financeiros decorrentes desta proposição deverão ser apreciados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, à qual competirá analisar os aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis orçamentárias, nos termos do art. 96, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo. Dessa forma, ressaltando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do projeto de lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2043/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vistas as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2043/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6340/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 2044/2014
Autor: Mesa Diretora

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DISPOR SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA INSERIDA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, CONFORME PREVISTO NO ART. 14, III E IV, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 2044/2014, de autoria da Mesa Diretora, que visa dispor sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. A proposição tramita em regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19 da Constituição Estadual. A matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se inserida na competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme determina o art. 14, III, da Constituição Estadual, *in verbis*: “Art. 14. Compete exclusivamente à Assembléia Legislativa: III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos empregos e funções de

seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
IV - propor projetos de lei que criem ou extingam cargos, empregos ou funções nos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos;”

Posto isso, cumpre informar que o estudo acerca dos impactos financeiros decorrentes do projeto de lei ora em análise deverão ser apreciados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, à qual competirá analisar os aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis orçamentárias, nos termos do art. 96, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Observe-se, ainda, que o percentual do reajuste corresponde à mera recomposição do poder aquisitivo da remuneração dos servidores desta Assembleia Legislativa dentro da variação do IPCA/IBGE no período de 01 de abril de 2013 a 31 de março de 2014, razão pela qual não há que se falar da incidência, no caso presente, da vedação constante do art. 73, VIII, da Lei Federal nº 9.504, de 1997.

Dessa forma, ressaltando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem nas disposições do projeto de lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2044/2014, de autoria da Mesa Diretora.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2044/2014, de autoria da Mesa Diretora.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (5) deputados: Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel, Waldemar Borges.

Parecer N° 6341/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2030/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2030/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 90 de 03 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa efetivar abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 10.149.000,00 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil reais), em favor da SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS para aplicação no Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO;

2.2- A solicitação em apreço objetiva reforçar dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas relativas à execução de projetos na área de recursos hídricos, para aplicação no âmbito das ações emergenciais de combate à estiagem que assola o interior do Estado, com a implantação de sistemas de dessalinização no agreste e sertão, neste Estado;

2.3-Por oportuno, a medida determina que os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo Único do Projeto de Lei são os provenientes de superávit financeiro do exercício de 2013, apurado no Balanço Patrimonial da Administração Direta, na fonte de recursos “0126 - Compensação Financeira de Recursos Hídricos”;

2.4-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que o evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa conseguir a liberação de recursos no valor acima referendado, em favor da Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos, com vistas, nas ações emergenciais de combate à estiagem que assola o interior do Estado, principalmente nas Regiões do agreste e sertão, no âmbito do Estado de Pernambuco.**

Mavíael Cavalcanti
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2030/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Mavíael Cavalcanti.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6342/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2043/2014
Autor: Poder Judiciário do Estado de Pernambuco

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA REAJUSTAR A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2043/2014, de autoria do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, através do Ofício Nº 613 de 09 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição ora em análise recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a ilegalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa autorizar o Poder Judiciário do Estado a reajustar os vencimentos-base dos cargos efetivos, dos cargos comissionados e a retribuição das funções gratificadas dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco que ficam reajustados em 6,5 % (seis e meio por cento) a partir de 1º de maio de 2014;

2.2-,Para efeito da presente Lei, ficam reajustados também no mesmo percentual, (a) o valor da gratificação de Risco de Vida de que trata o art. 6º, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.454, de 26 de outubro de 2011, (b) o valor da Indenização de Transporte - ITJ previsto no art. 18 da Lei nº 14.454, de 26 de outubro de 2011, (c) a parcela autônoma instituída pelo art. 6º da Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995, (d) o valor do Auxílio Alimentação de que cuida o art. 15 da Lei nº 14.454, de 26 de outubro de 2011 e (e) a gratificação atribuída aos membros das comissões de que trata o § 4º do art. 51 da Lei nº 8.666, de 1993;

2.3-Registra-se, que o reajuste previsto neste Projeto de Lei visa, sobretudo, assegurar a garantia constitucional da revisão anual de vencimentos dos servidores públicos, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, c/c o art. 31, da Lei Estadual nº 14.454, de 26 de outubro de 2011, que estabelece a data de 1º de maio para a revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, mediante Lei específica;

2.4- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco;

2.5-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que estabelece normas legais que irão permitir que o Poder Judiciário do Estado possa reajustar linearmente o valor de 6,5 % (seis e meio por cento) sobre os valores dos vencimentos-base dos cargos efetivos, dos cargos comissionados e das funções gratificadas integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, a partir de 1º de maio de 2014, conforme preceitua o inciso X do art. 37 da Constituição Federal.**

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 20432014, de autoria do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco .

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6343/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2044/2014
Autoria: Mesa Diretora

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA DISPOR SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2044/2014, de autoria da Mesa Diretora, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa dispor sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;

2.2-Para efeito da presente Lei, ficam reajustados em 6,15 % (seis inteiros e quinze centésimos por cento) os valores dos subsídios e vencimentos base dos cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;

2.3-Conforme justificativa do autor a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 determina a obrigatoriedade de apresentação de, pelo menos, um projeto de lei anual, tratando da reposição do poder aquisitivo da remuneração ou do subsídio dos membros ou servidores, observados os tetos constitucionais, o que não contraria a Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, no seu art. 73. inciso VIII;

2.4-Ressalta-se que, ficam reajustados em 6,15 % (seis inteiros e quinze centésimos por cento) os proventos dos servidores aposentados e pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;

2.5- De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 12.218, de 13 de junho de 2002, a reposição ora proposta deve ser retroativa a 1º de abril, do ano em curso;

2.6- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar da data base fixada no parágrafo único do art. 1º, da Lei nº 12.218, de 13 de junho de 2002,;

2.7-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Resolução está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que seja reajustados em 6,15 % (seis inteiros e quinze centésimos por cento) os valores dos subsídios e vencimentos base dos cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas, bem como, os aposentados e pensionistas, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.**

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Resolução Nº 2044/2014, de autoria da Mesa Diretora.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6344/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2030/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014. **Pela aprovação.**

1.Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária nº 2030/2014**, originado do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem nº 90/2014, datada de 03 de junho de 2014, assinada pelo Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, João Soares Lyra Neto. O autor da proposição solicitou a observância do regime de urgência na sua tramitação com base no art. 21 da Constituição Estadual.

Propositura que abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, crédito suplementar no valor de R\$ 10.149.000,00 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil reais), em favor da SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS para aplicação no Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

De acordo com o autor da propositura, a solicitação em apreço objetiva reforçar dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas relativas à execução de projetos na área de recursos hídricos, para aplicação no âmbito das ações emergenciais de combate à estiagem que assola o interior do Estado, com a implantação de sistemas de dessalinização no agreste e sertão.

É justificada na mensagem anexa a propositura, que os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo Único do Projeto de Lei são os provenientes de *superávit* financeiro do exercício de 2013, apurado no Balanço Patrimonial da Administração Direta, na fonte de recursos “0126 – Compensação Financeira de Recursos Hídricos”.

2. Parecer do Relator

As questões referentes à constitucionalidade, legalidade e juridicidade foram devidamente apreciadas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) com base nas atribuições que lhe são conferidas nos termos dos artigos 93 e 94 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. No âmbito da sua competência, o referido Colegiado aprovou a matéria na íntegra, por unanimidade.

Cabe a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação analisar os aspectos concernentes ao disposto nos artigos 95 e 96, observando também as atribuições comuns a todas as Comissões Permanentes relacionadas no supracitado regimento (art. 93).

Considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentárias, financeiras e tributárias, opino pela **aprovação** do **Projeto de Lei Ordinária nº 2030/2014**, oriundo do Poder Executivo.

Mavíael Cavalcanti
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Concordando com o parecer emitido pelo relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação declara que o **Projeto de Lei Ordinária nº 2030/2014**, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.

Relator : Mavíael Cavalcanti.
Favoráveis os (5) deputados: Júlio Cavalcanti, Raquel Lyra, Sérgio Leite, Terezinha Nunes, Tony Gel.

Parecer N° 6345/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2043/2014
Origem: Poder Judiciário do Estado de Pernambuco
Autoria: Presidente do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco

EMENTA: Reajusta a remuneração dos cargos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. ***Pela aprovação.***

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação o **Projeto de Lei Ordinária nº 2043/2014**, para análise e parecer, originado do Poder Judiciário, encaminhado através do Ofício nº 613/2014 - GP, assinado pelo Exmo. Procurador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

A presente proposta de Projeto de Lei, conforme justificativa do autor, objetiva reajustar a remuneração dos cargos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

A iniciativa prevê o reajuste linear de 6,5 % (seis e meio por cento) sobre os valores dos vencimentos-base dos cargos efetivos, dos cargos comissionados e das funções gratificadas integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

É proposto ainda o Reajuste, no mesmo percentual, (a) o valor da gratificação de Risco de Vida de que trata o art. 6º, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.454, de 26 de outubro de 2011, (b) o valor da Indenização de Transporte - ITJ previsto no art. 18 da Lei nº 14.454, de 26 de outubro de 2011, (c) a parcela autônoma instituída pelo art. 6º da Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995, (d) o valor do Auxílio Alimentação de que cuida o art. 15 da Lei nº 14.454, de 26 de outubro de 2011 e (e) a gratificação atribuída aos membros das comissões de que trata o § 4º do art. 51 da Lei nº 8.666, de 1993.

É destacado ainda que o reajuste previsto neste Projeto de Lei visa, sobretudo, assegurar a garantia constitucional da revisão anual de vencimentos dos servidores públicos, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, c/c o art. 31, da Lei Estadual nº 14.454, de 26 de outubro de 2011, que estabelece a data de 1º de maio para a revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, mediante Lei específica.

2. Parecer do Relator

Os gastos que adviriam com a implementação do Projeto de Lei em tela enquadrar-se-iam na condição de ***despesa obrigatória de caráter continuado.***

Nesse sentido, a proposição fica sujeita à observância das determinações emanadas da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Conforme a declaração apresentada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, os impactos financeiros para os próximos três exercícios serão os seguintes:

Ano	Valor –R\$
2015	30.865.107,55
2016	33.510.515,83
2017	35.596.762,81

Deve-se estar atento ao cumprimento dos limites prudenciais previstos no artigo 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal que determina “Se a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite é vedado ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido.

De acordo com a documentação apresentada à despesa total com pessoal e encargos do Tribunal de Justiça representa 4,78% da Receita Corrente Líquida do Estado, percentual que não excede o limite prudencial de 5,7% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que, mesmo depois da implantação do projeto em Lei, o TJPE continuará observando os limites estabelecidos pela LRF.

Cabe destacar que conforme análise exarada em parecer pela competente Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, inexistente nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Assim, ressaltando-se a análise sob os aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis orçamentárias, nos termos do art. 96, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo opino pela **aprovação** do **Projeto de Lei Ordinária nº 2043/2014**, oriundo do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Concordando com o parecer emitido pelo relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação declara que o **Projeto de Lei Ordinária nº 2043/2014**, de autoria do Presidente do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, está em condições de ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (5) deputados: Júlio Cavalcanti, Mavíael Cavalcanti, Raquel Lyra, Sérgio Leite, Tony Gel.

Parecer N° 6346/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2044/2014
Origem: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Autoria: Mesa Diretora

Ementa: Dispõe sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. ***Pela Aprovação.***

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária nº 2044/2014**, oriundo da Mesa Diretora. É encaminhado através da Proposta nº 17.

1.2- O projeto de lei em apreciação pretende por meio de lei de iniciativa da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, reajustar os valores dos subsídios e vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

1.3- Conforme justifica a autora do Projeto de Lei, a CF, no art. 37, inciso X, prevê, expressamente, ao servidor público, o princípio da periodicidade, ou seja, garante anualmente ao funcionalismo público, no mínimo, uma revisão geral. A redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 determina a obrigatoriedade de apresentação de, pelo menos, um projeto de lei anual, tratando da reposição do poder aquisitivo da remuneração ou do subsídio do membro ou servidor, observados os tetos constitucionais, o que não contraria a Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, no seu art. 73, Inciso VIII. Ressalto ainda o suporte do art. 22, inciso X da Lei de Responsabilidade Fiscal reproduzidos a seguir:

“Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre. Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
*I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, **ressalvada a revisão prevista no** inciso X do art. 37 da Constituição.”*

1.4- De acordo com o levantamento do IBGE, o percentual acumulado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE para o período compreendido entre 1º de abril de 2013 e 31 de março de 2014 é de 6,15% (seis inteiros e quinze centésimos por cento).

2. Parecer do Relator

Considerando que os aspectos relativos à Constitucionalidade, à Legalidade e à Juridicidade foram devidamente apreciados pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a qual não encontrou óbices para aprovação da matéria, julgo que, no âmbito da competência regimental desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, cabem as seguintes considerações:

2.1- Os gastos que adviriam com a implementação do Projeto de Lei em tela enquadrar-se-iam na condição de despesa obrigatória de caráter continuado. Nesse sentido, a proposição fica sujeita à observância do disposto nos artigos 16 e 17 da LRF.

2.2- Foi apresentada, em anexo, a repercussão financeira advinda da implementação desta Lei com projeções para o período de 2015 a 2016, conforme declaração apresentada em forma de documento pela Superintendência de Planejamento, Execução Orçamentária e Financeira da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) exposta no quadro a seguir:

Mensal	2014	2015	2016
R\$ 1.109.689,76	R\$ 11.109.897,55	R\$ 14.425.966,82	R\$ 14.425.966,82

2.3- Foi informado ainda pela Superintendência que as despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, a saber das Ações 4353 – Suporte às Atividades Fins da ALEPE, 0667 – Contribuições Patronais da ALEPE ao Funafin e 1116 – Contribuição Complementar da ALEPE ao Funafin, que serão suplementadas nos valores necessários, tendo como fontes garantidoras da despesa a Anulação de Dotação Própria e/ou Superávit Financeiro da ALEPE.

2.4- Salientado ainda, no documento apresentado, que a “*ALEPE atualmente se encontra com um Índice de Despesas com Pessoal em 1,27%, projetando-se permanecer em torno de 1,29% após o reajuste e também evolução estimada para a Receita Corrente Líquida (RCL), portanto encerrando o Exercício Corrente abaixo dos limites de Alerta, Prudencial e Legal*”.

Com base nas documentações e nos argumentos apresentados, e assim constatando o atendimento as normas orçamentárias, opino pela **aprovação** do **Projeto de Lei Ordinária nº 2044/2014**, oriundo da Mesa Diretora.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o **Projeto de Lei Ordinária nº 2044/2014**, de autoria da Mesa Diretora, deva ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (5) deputados: Júlio Cavalcanti, Mavíael Cavalcanti, Raquel Lyra, Sérgio Leite, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6347/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2031/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA INCLUIR AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015, E ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, EM FAVOR DO TRIBUNAL DE CONTAS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2031/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 91 de 03 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa efetivar a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), em favor do Tribunal de Contas, do Estado de Pernambuco;

2.2-A proposição ora em análise objetiva incluir, no Plano Plurianual 2012/2015, e no Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014 a Ação de Concessão de Auxílio Saúde do Tribunal de Contas do Estado, que tem por objeto atender demanda de custeio do Tribunal de Contas do Estado;

2.3- Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei serão os provenientes de anulação de dotações próprias, especificadas no Anexo II, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover a liberação de recursos no valor acima mencionado, em favor do Tribunal de Contas do Estado.***

Tony Gel Deputado
3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2031/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6348/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2035/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2035/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 92 de 05 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa efetivar abertura de crédito ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, crédito suplementar no valor de R\$ 355.756,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais), em favor da Empresa Pernambuco de Comunicação S/A - EPC.;

2.2- A solicitação em apreço objetiva reforçar dotação orçamentária insuficiente para viabilizar as despesas de operacionalização do órgão, bem como a produção e manutenção do sistema de televisão do Estado de Pernambuco;

2.3- Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei serão os provenientes da anulação de dotação de terceiros, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;;

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que o evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa conseguir a liberação de recursos no valor acima referendado, em favor da Empresa Pernambuco de Comunicação S/A – EPC, objetivando viabilizar a produção e manutenção do sistema de televisão do Estado de Pernambuco.***

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2035/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6349/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2036/2014
Autoria: Ministério Público do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ALTERAR DISPOSITIVOS E ANEXOS DA LEI Nº 12.956, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005, MODIFICADA PELA LEI Nº 13.536, DE 8 DE SETEMBRO DE 2008, PELA LEI Nº 13.134, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006, E PELA LEI Nº 14.031, DE 31 DE MARÇO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2036/2014, de autoria do Ministério Público do Estado, através do Ofício Nº 10 de 4 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa promover promover alteração nos dispositivos e Anexos da Lei nº 12.956/2005, de 16.12.2005, que dispõe sobre a estrutura dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE, com fundamento nos arts. 127, § 2º, 129, § 4º, da Constituição Federal de 1988, 69 da Constituição do Estado de Pernambuco e § 1º do art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 12/94, com as alterações posteriores;

2.2- A Iniciativa ora em comento é fruto de proposta elaborada pela Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas desta Procuradoria Geral de Justiça, e, posteriormente, a aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça do MPPE. Desta forma, constitui-se o presente como necessidade de adequação da estrutura do Quadro Efetivo de servidores ministeriais às atuais necessidades da Instituição;

2.4- Para efeito da presente Lei o aumento no número de cargos de Técnico Ministerial e de Analista Ministerial visa à adequação do Ministério Público de Pernambuco com o objetivo de melhor atender às demandas da sociedade. A proposta esclarece ainda que, após o último concurso realizado para provimento das vagas do quadro de apoio técnico-administrativo, apesar de preenchidas todas as vagas, não foi possível atender à maior parte das solicitações dos diversos setores, incluídas várias Promotorias de Justiça da Capital e do interior;

2.5- Ressalta-se que, mesmo com a criação dos 50 (cinquenta) cargos ora proposta ainda não solucionará por completo o déficit de servidores no MPPE. Todavia, esta é a possibilidade do momento, tendo em vista nosso limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

2.6- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias;

2.7- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Ministério Público possa adequar melhor a estrutura funcional do Ministério Público com o aumento do número de cargos de Técnico Ministerial e de Analista Ministerial cuja finalidade é atender melhor às demandas da sociedade.***

Mavíael Cavalcanti
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2036/2014, de autoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco.,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Mavíael Cavalcanti.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6350/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2037/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ALTERAR A LEI Nº 14.046, DE 30 DE ABRIL DE 2010, QUE AUTORIZA A SUPRESSÃO

DE VEGETAÇÃO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS ÁREAS QUE ESPECIFICA. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2037/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 93 de 6 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa obter autorização deste Poder Legislativo a fim de permitir que o Governo do Estado possa promover alteração na Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, a qual autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica;

2.2- O Projeto de Lei ora em análise objetiva promover modificação de áreas referentes à supressão de vegetação de preservação permanente já autorizada pela Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, e alterações. No entanto, as tais áreas são constituídas de mata atlântica, mangue, restinga e outros tipos de vegetação em Área de Preservação Permanente, constante dos Memoriais Descritivos constantes do Anexo 1 ; .

2.3- É importante ressaltar que a alteração proposta se deve à necessidade de compatibilizar a autorização com as áreas a serem utilizadas na implantação das seguintes obras de infraestrutura: construção do Canal da Tabatinga, Canal da PTA, Rodoferrovia Berna, Retroaérea - Cais 8 e 9 e obra de instalação do empreendimento Royal Moriner;

2.4- Ademais, fica registrado que a referida proposição não implica aumento de área de vegetação a ser suprimida;

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover alteração na Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, a qual autoriza a supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica.***

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2037/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6351/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2038/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAR A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS ÁREAS QUE ESPECIFICA. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2038/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 94 de 6 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo a fim de permitir que o Governo do Estado possa

promover a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente nas áreas especificadas, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo I desta Lei;

2.2- A autorização de supressão de vegetação ora solicitada, a ser realizada em áreas localizadas nos Municípios de Palmares e de Bonito, ambos neste Estado, tem por finalidade viabilizar a construção da variante da PE-103, obra de relevante interesse público;

2.3- A supressão de vegetação ora em discussão uma vez autorizada, ficará condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área no mínimo correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995;

2.4- Por fim, ressalta-se que a execução de qualquer obra ou serviço no local onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.;

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover a respectiva supressão de vegetação a ser realizada em áreas localizadas nos Municípios de Palmares e de Bonito, ambos neste Estado.***

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2038/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6352/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2039/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA INCLUIR PROGRAMA E AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, EM FAVOR DO FUNDO DE INOVAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – INOVAR-PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2039/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 95 de 06 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), em favor do Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE, e dá outras providências.;

2.2- A proposição ora em análise objetiva incluir, no Plano Plurianual 2012/2015 e na Lei Orçamentária Anual do Estado para 2014, o Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE, criado por meio da Lei nº 15.063, de 4 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Decreto nº 40.606, de 3 de abril de 2014, com a sua respectiva programação anual de trabalho, que se destina à promoção da ciência, tecnologia e inovação, por meio da disponibilização de crédito aos empreendedores pernambucanos, de maneira ágil e a um baixo custo;

2.3- Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei, serão os proeminentes da previsão da arrecadação própria do Fundo, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.;

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE.*

MaviaeI Cavalcanti
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2039/2014, de autoria do Poder Executivo

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : MaviaeI Cavalcanti.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, MaviaeI Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6353/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2040/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA INCLUIR AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015, ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, EM FAVOR DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2040/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 96 de 06 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa efetivar a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, no valor de R\$ 272.738,00 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais), em favor da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;

2.2- A solicitação em apreço tem por finalidade fazer incluir no Plano Plurianual 2012/2015 e no Orçamento Fiscal do Estado para 2014, a Ação “Requalificação da Infraestrutura dos Espaços Hídricos e de Lazer” que tem por objeto readequar e equipar as unidades administrativas propulsoras do desenvolvimento sustentável, e a Ação “Conservação e Gerenciamento do Uso de Espaços Hídricos e de Lazer”, que tem por finalidade atender as demandas dos espaços administrativos propulsores do desenvolvimento sustentável;

2.3- -Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei serão os provenientes de anulação de dotação própria, especificada no Anexo II, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover a liberação de recursos em favor da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de efetivar a Requalificação da Infraestrutura dos Espaços Hídricos e de Lazer”, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2040/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, MaviaeI Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6354/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2041/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA INCLUIR PROGRAMAS E AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, EM FAVOR DE DIVERSOS ÓRGÃOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2041/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 91 de 03 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa efetivar a

abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2014, no valor R\$ 12.813.372,11 (doze milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e setenta e dois reais e onze centavos), em favor da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e da Secretaria da Casa Civil, neste Estado;

2.2-A solicitação em análise visa incluir, no Plano Plurianual 2012/2015 e na Lei Orçamentária Anual do Estado para 2014, nas Secretarias da Micro e Pequena Empresa e da Casa Civil, Programas e ações destinados a adaptar o orçamento do Estado às determinações estabelecidas pela Lei nº 15.301, de 26 de maio de 2014, que altera os arts. 1º e 2º da Lei 15.225, de 30 de dezembro de 2013, conforme Anexo I do presente Projeto de Lei;
;
2.3- Cuida ainda o incluso Projeto de Lei, em seu artigo 4º, de alterar os títulos do Órgão, da Unidade Orçamentária, do Programa e das Ações constantes dos créditos Orçamentários da Lei Orçamentária do exercício de 2014 e do PPA 2012-2015, da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo para Secretaria de Trabalho, Qualificação e Emprego, com base na Lei nº 15.301, de 26 de maio de 2014, que altera a Lei nº 15.225, de 30 de dezembro de 2013;

2.4-Os recursos necessários à realização da despesa prevista no Anexo I do incluso Projeto de Lei serão os provenientes de anulação de dotação de terceiros, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme Anexo II do incluso Projeto Lei;

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover a liberação de recursos no valor acima mencionado, em favor da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e da Secretaria da Casa Civil, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2041/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, MaviaeI Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6355/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Complementar Nº 2042/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ALTERAR A LEI N° 7.741, DE 23 DE OUTUBRO DE 1978, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Complementar Nº 2042/2014, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem Nº 098 de 06 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente proposição visa colher autorização deste Poder Legislativo a fim de permitir que o Governo do Estado possa promover alteração na Lei nº 7.741 de 23 de outubro de 1978, que institui o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco;

2.2- O Projeto de Lei Complementar ora em análise objetiva propiciar uma melhor estruturação das ações das unidades administrativas nas áreas de educação e de segurança pública, para que não venham a sofrer com a descontinuidade de repasses de recursos, motivada pela ineficiência administrativa, ao mesmo tempo em que reforça os mecanismos de controle administrativo relativos à execução de despesas do tipo Suprimento de Fundos Institucional (SFI);.

2.3- É imperioso destacar, que a presente inciativa decorre da necessidade de aperfeiçoar o sistema de prestação de contas desse tipo de despesa (SFI), estabelecendo obrigações e punições para os maus gestores;

2.4-O presente Projeto de Lei Complementar alterou os artigos 172-D, 172—E e 172- F, da Lei nº 7.741, de 23 de outubro de 1978, que institui o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 172-D. O prazo para prestação de contas do SFI é de 90 (noventa) dias, a contar da data do crédito dos recursos transferidos na conta específica da unidade administrativa. (NR)

§ 1º (REVOGADO)

§ 2º
.....

Art. 172-E.
.....
.....

Parágrafo único. O ordenador de despesas do órgão ou entidade transferidor dos recursos responde pelo atraso das prestações de contas a que estão obrigados os responsáveis pelo SFI, sujeitando-se às mesmas penalidades impostas a estes, caso não adote as medidas administrativas necessárias à regularização da prestação de contas, após a comunicação via sistema de execução orçamentária. (NR)

Art. 172-F. Ao tomar ciência da inadimplência da prestação de contas, o órgão de controle interno deve adotar as medidas necessárias à preservação do Erário, em conformidade com a legislação vigente, inclusive a devida recomendação de abertura de procedimento de Tomada de Contas Especial.” (NR)

2.5-Dianmnte do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa alterar a Lei n° 7.741 de 23 de outubro de 1978, que institui o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco, objetivando assegurar uma melhor estruturação das unidades administrativas nas áreas de educação e de segurança pública, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

MaviaeI Cavalcanti
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Complementar Nº 2042/2014, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Mavíael Cavalcanti.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6356/2014

Relatório

Vem à comissão de Negócios Municipais, para análise e emissão de parecer, o projeto de Lei Ordinária nº 1973/2014, oriundo do Poder Executivo. Concedendo Autorização ao Estado de Pernambuco a conceder o direito real de uso a convertê-lo em propriedade plena, relativamente aos imóveis que indica, de autoria do Governador do Estado de Pernambuco.

Parecer do Relator

A matéria versada neste projeto de lei esta em conformidade com a competência da união e municípios, amparada no Art. 25, §1º da Constituição da Republica Federativa do Brasil, concomitantemente com o art. 15, II, da Constituição do Estado de Pernambuco, quando da competência desta casa para legislar sobre matéria desta natureza:
Art.º 25 – Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observando os princípios desta Constituição.
§ 1º - são reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedados esta Constituição.
"Art. 15 - Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, legislar sobre as matérias da competência do Estado, e especialmente:
...
"IV - a autorização para a alienação, cessão e arrendamento de bens imóveis do Estado e recebimento de doações com encargos;
;"

A presente proposição tem como objetivo geral de conceder autorização ao Estado de Pernambuco, a conceder o direito real de uso a convertê-lo em propriedade plena, em favor da empresa Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A, nos termos de contrato de concessão. Declaro-me favorável a aprovação do Projeto de lei ordinária de nº 1973/2014, de autoria do Governador do Estado.

Francismar Pontes
Deputado

Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer fundamentado do relator, decide este Colegiado pela aprovação do projeto de Lei Ordinária nº 1973/2014, de Autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Negócios Municipais,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Francismar Pontes.
Relator : Francismar Pontes.
Favoráveis os (3) deputados: Francismar Pontes, Leonardo Dias, Ramos.

Parecer N° 6357/2014

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Projeto de Lei nº 2037/2014

Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA alteraR a Lei nº 14.046, de 30 de ABRIL de 2010, que autoriza a supressão de vegetação DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS ÁREAS QUE ESPECIFICA. MÉRITO RELACIONADO COM A permissão para supressão de vegetação em app quando destlnada a projetos de utilidade pública e interesse social, desde que haja a correspondente compensação da área degradada (ART. 8º, lei nº 11.206/1995, que dispõe sobre a política florestal do estado de pernambuco). PELA APROVAÇÃO.

1-Relatório.

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 2037/2014, encaminhado pelo Governador do Estado através da mensagem nº 93/2014 de 06 de junho de 2014, na qual solicita regime de urgência baseado no artigo nº 21 da Constituição Estadual.

2-Parecer do Relator.

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual, no artigo 192 e no artigo 194, Inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto, ora em análise, altera a Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2013, que autoriza a supressão de vegetação de 686,6039 hectares de vegetação nativa típica dos Biomas: Mata Atlântica, Mangue, Restinga e em Área de Preservação Permanente, conforme previsto em Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de Suape e do empreendimento denominado contorno rodoviário do Cabo de Santo Agostinho. A proposição indica alteração quanto à área de vegetação permanente a ser suprimida conforme quadro abaixo:

Vegetação	Lei nº 14.046 (hectares)	PLO 2037/2014 (hectares)
Mata Atlântica	6,6472	6,6472
Mangue	411,9260	402,6770
Restinga	158,3303	159,5028
Em APP	109,7004	117,7769
Total	686,6039	686,6039

A Lei 14.046/2010 autoriza a supressão de vegetação em função da necessidade de consolidação do processo de urbanização das Zonas Industriais (ZI), Industrial Portuária (ZIP) e Central de Serviços (ZCS), declaradas de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 82.899, de 19 de dezembro de 1978, pelo Decreto nº 2.845, de 27 de junho de 1973, pelo Decreto nº 4.433, de 18 de fevereiro de 1977, e pelo Decreto nº 4.928, de 24 de fevereiro de 1978.

Enfatizamos que a supressão da vegetação de preservação permanente fica condicionada à compensação da vegetação suprimida, com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, no mínimo, correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do artigo 8º da Lei nº 11.206, de 1995.

O artigo 3º da Lei 14.046/2013 determina que a compensação ambiental será realizada por meio da preservação e recuperação ambiental das áreas descritas no Quadro e Mapa Geral constantes no Anexo II da Lei 14.046/2010, ficando sujeitas a modificações oriundas de deliberações do Grupo de Trabalho criado pela Resolução CONSEMA PE nº 02/2010.

Ressaltamos a garantia dada pelo artigo 4º da Lei 14.046/2013, no qual especifica que a execução de qualquer obra ou serviço no local, onde haverá supressão de vegetação permanente, somente será iniciada após ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, com seu consequente acompanhamento, em todas as suas fases técnicas.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 2037/2014 de autoria do Governador João Lyra Neto.

Raquel Lyra
Deputada

3 -Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2037/2014 de autoria do Governador João Lyra Neto.

Sala da Comissão de Meio Ambiente,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Aluísio Lessa.
Relator : Raquel Lyra.
Favoráveis os (4) deputados: Ângelo Ferreira, Raquel Lyra, Terezinha Nunes, Zé Mauricio.

Parecer N° 6358/2014

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Projeto de Lei nº 2038/2014

Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE áreas QUE ESPECIFICA. MÉRITO RELACIONADO COM A permissão para supressão de vegetação em app quando destlnada a projetos de utilidade pública e interesse social, desde que haja a correspondente compensação da área degradada (ART. 8º, lei nº 11.206/1995, que dispõe sobre a política florestal do estado de pernambuco). PELA APROVAÇÃO.

1-Relatório.

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 2038/2014, encaminhado pelo Governador João Lyra Neto através da mensagem nº 094/2014 de 06 de maio de 2014, na qual solicita regime de urgência baseado no artigo nº 21 da Constituição Estadual.

2-Parecer do Relator.

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual, no artigo 192 e no artigo 194, Inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto, ora em análise, autoriza supressão de vegetação de 2,10 hectares de vegetação de espécies nativas do Bioma Mata Atlântica e de espécies exóticas, localizadas nos municípios de Palmares e Bonito, neste Estado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo I do referido projeto.

Enfatizamos que o artigo 2º da proposição especifica que a supressão da vegetação de preservação permanente fica condicionada à compensação da vegetação suprimida, com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, no mínimo, correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do artigo 8º da Lei nº 11.206, de 1995.

O Projeto de Lei ora encaminhado tem por objetivo viabilizar a construção da variante da PE-103..

Ressaltamos ainda a garantia dada pelo artigo 3º do Projeto de Lei que qualquer obra ou serviço no local onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 2038/2014 de autoria do Governador João Lyra Neto.

Ângelo Ferreira
Deputado

3 -Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2038/2014 de autoria do Governador João Lyra Neto.

Sala da Comissão de Meio Ambiente,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Aluísio Lessa.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Raquel Lyra, Zé Maurício.

Parecer N° 6359/2014

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Projeto de Lei nº 2040/2014

Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INCLUIR AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2012/2015, ONDE ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, EM FAVOR DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MÉRITO RELACIONADO COM A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, DEFESA DO SOLO E DOS RECURSOS NATURAIS, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO (ART. 24, inciso VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PELA APROVAÇÃO.

1-Relatório.

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 2040/2014, encaminhado pelo Governador João Lyra Neto através da mensagem nº 096/2014 de 06 de junho de 2014, em que solicita regime de urgência conforme artigo 21 da Constituição Estadual.

2-Parecer do Relator.

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual, no artigo 192 e no artigo 194, Inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A proposição, ora em análise, determina que fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2014, em favor da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, crédito especial no valor de R\$ 272.738,00 (duzentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais) discriminado no Anexo I do referido projeto.

Segundo a mensagem do Projeto de Lei, o objetivo é “fazer incluir no Plano Plurianual 2012/2015 e no Orçamento Fiscal do Estado para 2014, a Ação “Requalificação da Infraestrutura dos Espaços Hídricos e de Lazer” que tem por objeto readequar e equipar as unidades administrativas propulsoras do desenvolvimento sustentável, e a Ação “Conservação e Gerenciamento do Uso de Espaços Hídricos e de Lazer”, que tem por finalidade atender as demandas dos espaços administrativos propulsores do desenvolvimento sustentável”.

Ressaltamos que os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o parágrafo anterior serão os provenientes de anulação, em igual importância, de dotação “Operacionalização do Programa de Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade para o Combate à Desertificação”.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 2040/2014 de autoria do Governador do João Lyra Neto.

Ângelo Ferreira
Deputado

3 -Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2040/2014 de autoria do Governador João Lyra Neto.

Sala da Comissão de Meio Ambiente,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Aluisio Lessa.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Raquel Lyra, Zé Maurício.

Parecer N° 6360/2014

1 – Relatório

Vem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática o Projeto de Lei Ordinária nº 2039/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 95 de 06 de junho de 2014, para análise e emissão de parecer.

A proposição em discussão recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e legalidade da matéria.

2 – Parecer do Relatório

O Projeto de Lei, em análise, inclui Programa e ação no Plano Plurianual 2012/2015 e abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE, e dá outras providências.

O crédito especial, acima citado, é no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), para atender o Programa Anual de Trabalho que se destina a fomentar à inovação do Estado de Pernambuco, com objetivo de prover novos instrumentos de fomento à inovação, de maneira complementar aos instrumentos já existentes nos sistemas nacional e estadual de fomento à ciência, à tecnologia e à inovação.

A justificativa do referido projeto relata que a solicitação em apreço destina à promoção da ciência, tecnologia e inovação, por meio da disponibilização de crédito aos empreendedores pernambucanos, de maneira ágil e a um baixo custo.

Posto isto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2039/14, de autoria do Poder Executivo.

Zé Maurício
Deputado

3 – Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 2039/14, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Ciência, Tecnologia e
Informática, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Terezinha Nunes.
Relator : Zé Maurício.
Favoráveis os (5) deputados: Diogo Moraes, Rodrigo Novaes, Teresa Leitão, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6361/2014

Relatório

Vem a esta **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**, o Projeto de Lei Ordinária nº **1873/2014, juntamente com a Emenda nº 01**, que altera o artigo 1º do referido projeto de lei que trata da obrigatoriedade de divulgar nas vitrines e cardápios os valores calóricos das refeições oferecidas e dá outras providências.

Parecer do Relator

O projeto em tela, juntamente com a Emenda, trata de uma proposta que visa obrigar restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos comerciais que trabalhem com a venda e ou consumo de produtos alimentícios a divulgarem em vitrines, nos cardápios e afins, os valores calóricos das refeições oferecidas. A iniciativa tem como base a divulgação de dados que mostram o crescimento da obesidade na população brasileira em uma velocidade preocupante. O aumento do peso vem associado a doenças como diabetes, hipertensão e cardiopatias, o que compromete a qualidade de vida do brasileiro substancialmente. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão seja pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º **1873/2014**, juntamente com a **Emenda Modificativa nº 01**.

Conclusão da Comissão

Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º **1873/2014**, juntamente com a **Emenda Modificativa n.º 01**, proposta pela **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e
Turismo, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Zé Maurício.
Favoráveis os (5) deputados: Júlio Cavalcanti, Leonardo Dias, Tony Gel, Vinicius Labanca, Zé Maurício.

Parecer N° 6362/2014

Relatório

Vem a esta **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**, o **Substitutivo** ao Projeto n.º **1897/2014**, determina a adoção de sacos biodegradáveis para recolhimento de lixo em veículos novos e seminovos, e dá outras providências.

Parecer do Relator

O Substitutivo em tela visa estimular quer as empresas adotem Programa de Proteção e preservação ambiental por um custo muito baixo. Salienta-se ainda, que a unidade destes sacos não ultrapasse o valor de R\$ 0,30 (trinta centavos). Assim, a empresa terá um compromisso com o futuro das próximas gerações. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão, seja pela **APROVAÇÃO** do **Substitutivo**, ao Projeto n.º **1897/2014**, de autoria do Deputado, **Adalberto Cavalcanti**.

Conclusão da Comissão

Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a **APROVAÇÃO** do **Substitutivo**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto n.º 1897/2014**.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e
Turismo, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (5) deputados: Adalto Santos, Júlio Cavalcanti, Leonardo Dias, Tony Gel, Vinicius Labanca.

Parecer N° 6363/2014

Relatório

Vem a esta **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**, o **Substitutivo nº 01/2014** ao Projeto de Lei Ordinária nº **2024/2014**, que dispõe sobre a afixação de cartaz informativo em restaurantes, bares, boates, casas de eventos e

assemelhados, sobre a existência de cobrança de taxa acessória na ocasião em que o consumidor leva alimentos e bebidas para comemorações.

Parecer do Relator

O Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 2024/2014, é relevante na medida em que respeita o consumidor, avisando-o previamente sobre a taxa a ser cobrada pelo consumo de alimentos e bebidas para comemorações que não sejam fornecidas pelos restaurantes, bares, boates, casas de eventos e assemelhados. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão seja pela **APROVAÇÃO** do Substitutivo n.º 01, ao Projeto nº **2024/2014**.

Vinicius Labanca
Deputado

Conclusão da Comissão

Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a **APROVAÇÃO do Substitutivo nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça** ao Projeto nº **2024/2014**.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e
Turismo, em 11 de junho de 2014.

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Vinicius Labanca.
Favoráveis os (4) deputados: Júlio Cavalcanti, Leonardo Dias, Tony Gel, Vinicius Labanca.

Parecer N° 6364/2014

COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1973/2014
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

EMENTA: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito real de uso e a convertê-lo em propriedade plena, relativamente aos imóveis que indica.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Esporte e Lazer o Projeto de Lei Ordinária nº 1973/2014, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 074/2014, de 28 de abril de 2014, que autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito real de uso e a convertê-lo em propriedade plena, em favor da empresa Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A, áreas remanescentes de que trata o Contrato de Concessão Administrativa celebrado, em 15 de junho de 2010.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A concessão e posterior transferência objeto da proposição legislativa têm como objetivo regularizar atos complementares e finais relativos ao projeto “Cidade da Copa”, no Município de São Lourenço da Mata.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão Esporte e Lazer seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1973/2014, de autoria do Governador do Estado.

Vinicius Labanca
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1973/2014, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Esporte e Lazer,
em 11 de junho de 2014.

Presidente: Vinicius Labanca.
Relator : Vinicius Labanca.
Favoráveis os (2) deputados: André Campos, Ricardo Costa.

Indicações

Indicação N° 8296/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, **no**

sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Calçados/PE.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **José Elias Macena de Lima**, Prefeito do Município de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 84 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor **Severino Ramos dos Santos Silva**, Vice-Prefeito do Município de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 84 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Maria da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos Alberto dos Santos Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Vieira de Souza Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Geraldo Ferreira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luis Fabio Medeiros de Lima**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Josenaldo Oliveira Lucas**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Claudio Romero Oliveira de Santana**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Carlos Roberto da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Dogival Antonio do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Calçado, com endereço a Rua João Alexandre da Silva, 56 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55375-000; a **Professora Érica Pereira de Souza**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Augusta Cordeiro de Melo, com endereço a Rua Luiz Inácio dos Santos, 126 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55.375-000; e a **Presidência e Diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Calçado**, com endereço à Rua Jorge Barreto, 10 - Centro – Calçado/PE – CEP: 55.375-000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação.

O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para que torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem.

É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8297/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, **no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Caetés/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caetés, **Armando Duarte de**

Almeida, com endereço à com endereço à Praça Presidente Castelo Branco, 23 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caetés, **Severino Jose dos Santos**, com endereço à com endereço à Praça Presidente Castelo Branco, 23 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caetés, Vereador **Paulo Henrique de Moraes Santos**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Antonio Silvino da Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Bolbinecio Antunes Ferreira**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Ednaldo Clementino Leal**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Edson Olimpio de Oliveira**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Everaldo Otacilio da Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Edson Olimpio de Oliveira**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Sebastião de Araujo Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; a **Professora Maria Lucivânia de Almeida**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Luiz Pereira Júnior, com endereço a Rua Miriam Souto Maior, 29 - Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000; e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Guarani**, com endereço a Rua José Silvestre Silva, s/n – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste.

Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8298/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Brejão/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caetés, **Armando Duarte de Almeida**, com endereço à com endereço à Praça Presidente Castelo Branco, 23 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caetés, **Severino Jose dos Santos**, com endereço à com endereço à Praça Presidente Castelo Branco, 23 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caetés, Vereador **Paulo Henrique de Moraes**

Santos, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Antonio Silvino da Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Bolbinecio Antunes Ferreira**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Caetés, **Claudia Ferreira Teixeira de Miranda**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Ednaldo Clementino Leal**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Edson Olimpio de Oliveira**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Everaldo Otacilio da Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **José Inaldo da Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **José Inaldo da Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Caetés, **Sebastião de Araujo Silva**, com endereço à Av. Luiz Pereira Júnior, 24 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55360-000; a **Professora Maria Lucivânia de Almeida**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Luiz Pereira Júnior, com endereço a Rua Miriam Souto Maior, 45 – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360.000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Guarani**, com endereço a Rua José Silvestre Silva, s/n – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000 e ao **Professor Paulo César Cordeiro de Moraes**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Profª Ismênia Lemos Wanderley, com endereço a Av. da Sé, s/n – Centro – Brejão/PE – CEP: 55.325.000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 10 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8299/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Bom Conselho/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Dannilo Cavalcante Vieira**, Prefeito do Município de Bom Conselho/PE, com endereço a Rua Vital de Negreiros, 43 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; a Excelentíssima Senhora **Josefa Cavalcante de Miranda Ferreira**, Vice-Prefeita do Município de Bom Conselho, com endereço a Rua Vital de Negreiros, 43 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Genival Cavalcante Tavares**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Carlos **Marcelo Tenório de Almeida**., Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço

a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Francisco Bento Soares**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Francisco Carvalho da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Arlan Vanderley Curvelo**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Vicente Ferreira dos Santos Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Renivaldo Cavalcante Tenório Madruga**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria Márcia Rodrigues de Almeida**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Eliane Ramos Dias de Melo**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Ivete da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria do Socorro Marinho Vitorio Cavalcante**, Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho, com endereço a com endereço a Rua Vital de Negreiros, 34 - Centro - Bom Conselho/PE - CEP: 55330-000; a **Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Conselho**, com endereço à Rua Conselheiro João Alfredo, 56 - Centro – Bom Conselho/PE – CEP: 55330-000; ao **Professor Jailson Barros de Oliveira**, Gestor da Escola Coronel José Abílio, com endereço a Av. 15 de Novembro, s/n - Centro – Bom Conselho/PE – CEP: 55.330.000; ao **Professor Marcos Alexsandro de Araújo Maciel**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Frei Caetano de Messina, com endereço a Praça Frei Caetano de Messina, s/n - Centro – Bom Conselho/PE – CEP: 55.330.000; a **Professora Maria José Cavalcante Leite**, Gestora da Escola Mestra Beatriz, com endereço a Av. São Sebastião, 351 - Centro – Bom Conselho/PE – CEP: 55.330.000; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Papacaça AM**, com endereço na Rodovia PE-218 – Km-46, nº 654 – Lagoa do Jacu – Bom Conselho/PE – CEP: 55.330-000; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Comunitária Bom Conselho FM**, com endereço a Rua José Bonifácio, 221 – 1º andar - Bom Conselho/PE – CEP: 55.330-000 e a **Diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Bom Conselho-CDL**, com endereço a Rua XV de Novembro, 174 – Centro – Bom Conselho/PE – CEP: 55.330-000;

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 10 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8300/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Águas Belas/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo

Senhor Prefeito do Município de Águas Belas **Genivaldo Menezes Delgado**, com endereço à Praça Manuel Henrique de Lima - Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito **Mauricio de Josue**, com endereço à Praça Manuel Henrique de Lima - Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55340-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara do Município de Águas Belas, **Melchizedeck de Gueiros Malta Neto**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **Rinaldo Tenório de Carvalho**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **Emílio Alves de Oliveira**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **Heleno Martins de Lima**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **José Frederico da Silva**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **João Camilo de Lima**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **Mauricio Leite Barboza**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **Severino Alves de Oliveira**, com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Águas Belas, **Veralúcia Tavares de Vasconcelos Marinho** com endereço à Praça Manoel Borba, 10 – Centro - Águas Belas/PE - CEP: 55.340-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Belas**, com endereço à Rua Cel Alfredo Duarte, 101 – Centro – Águas Belas/PE – CEP: 55340-000; a **Professora Dorivânia Lucia Barboza Machado**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Cel. Nicolau Siqueira, com endereço a Rua da Alegria, 60 - Centro – Águas Belas/PE – CEP: 55.340-000; a **Professora Marleide Gomes do Nascimento Silva**, Gestora da Escola João Rodrigues Cardoso, com endereço a 3ª Travessa da Av. Cel. Alfredo Duarte, s/n 3ª Travessa da Av. Cel. Alfredo Duarte, s/n - Centro – Águas Belas/PE – CEP: 55.340-000; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Águas Belas FM**, com endereço a Av. Coronel Constantino, 04 – Centro – Águas Belas/PE – CEP: 55.340-000; a **Diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Águas Belas-CDL**, com endereço a Praça Nossa Senhora da Conceição, 94 – Centro – Águas Belas/PE – CEP: 55.340-000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8301/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Ángelim/PE.**

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; Ao Excelentíssimo Senhor **Marco Antônio Leal Calado**, Prefeito do Município de Angelim/PE, com endereço a Rua Cônego Carlos Fraga, s/n - Centro - Angelim/PE – CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor **Josemir Figueiredo de Miranda**, Vice-Prefeito do Município de Angelim, com endereço a Rua Cônego Carlos Fraga, s/n - Centro - Angelim/PE – CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor

Vereador **Robério Conrado Sales**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Nelson Pereira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Bezerra da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jaime Caldas da Silva Júnior**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Allan Anderson Ferreira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Maurílio Edson Cavalcanti de Vasconcelos**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Geraldo Medeiros de Amorim**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Ivanete Cordeiro Pedrosa**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Marcos Antônio Vieira Mota**, Câmara Municipal de Vereadores de Angelim, com endereço a Rua Miguel Calado Borba, 77 - Centro - Angelim/PE- CEP: 55430-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amaraji**, com endereço à Rua 15 de novembro, 15 – Centro – Amaraji/PE – CEP: 55515-000; ao **Professor João Marcos da Silva**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Azarias Salgado, com endereço a Rua Mário Augusto Teixeira de Freitas, 105 – Centro – Angelim/PE - CEP: 55.430.000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Educativa - Angelim FM**, com endereço a Rua Floriano Peixoto, s/n - Centro – Angelim/PE – CEP: 55.430.000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 10 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8302/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Garanhuns/PE.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Isaías Régis Neto**, Prefeito do Município de Garanhuns, com endereço a Av. Santo Antônio, 126 – Centro- Garanhuns/PE- CEP: 55293-000; a Excelentíssima Senhora **Aparecida Roseane Queiroz Quidute**, Vice-Prefeita do Município de Garanhuns, com endereço a Av. Santo Antônio, 126 – Centro- Garanhuns/PE- CEP: 55293-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Audalio Ramos Machado Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/ PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Zaqueu Naum Lins**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/ PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sivaldo Rodrigues Albino**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/ PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Gerson José de Carvalho**

Souza Filho, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/ PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Severino Sabino Filho**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/ PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Claudio Taveira**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/ PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Alcindo de Melo Correia**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/ PE – CEP: 55293-914; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Carla Patrícia Gomes de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/PE – CEP: 55293-914; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria Nelma Carvalho da Costa**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/PE – CEP: 55293-914; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Luzia Cordeiro da Silva de Souza**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Paulo Barbosa Leal**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Givanildo da Silva de Lima**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garanhuns, com endereço a Rua Siqueira Campos, 43 – Centro – Garanhuns/PE – CEP: 55293-914; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Ferreira Leal**, 62 – Lopoless– Centro – Garanhuns/PE – CEP: 55296-620; a **Professora Maria Perpetua Teles Monteiro**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio de Garanhuns, com endereço a Rua Capitão Pedro Rodrigues, 105 – Magana – Garanhuns/PE - CEP: 55.325-000; a **Professora Maria Sônia Cadengue Santana**, Gestora da Escola Estadual Professora Sílvia Calado, com endereço a Av. Frei Caneca, s/n - Heliópolis – Garanhuns/PE - CEP: 55.290.000; a **Professora Sônia Maria Magalhães Arruda**, Gestora do Centro de Reabilitação e Educação Especial Lions Clube, com endereço a Av. Frei Caneca, s/n - Heliópolis – Garanhuns/PE - CEP: 55.295.475; ao **Professor Jaeffson Vieira da Silva**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Dom João da Mata Amaral, com endereço a Av. Júlia Brasileiro Vila Nova, s/n – Centro - Garanhuns/PE - CEP: 55.292-250; ao **Professor Aldemir Fernandes Vilela**, Gestor da Escola Dom Juvêncio Britto, com endereço a Rua Pedro Rocha, 105 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295.470; a **Professora Edineide Gomes André**, Gestora da Escola Duque de Caxias, com endereço a Rua Caetés, s/n - Vila do Quartel - Novo Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.297.250; a **Professora Nairlene Magalhães Patrício Siqueira**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Francisco Madeiros, com endereço a Rua Julião Cavalcanti, s/n - Magano - Garanhuns/PE - CEP: 55.294.211; a **Professora Rosa Maria Ferreira Siqueira**, Gestora da Escola Henrique Dias, com endereço a Rua Pedro Rocha, 296 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295.470; ao **Professor Rafael Iranilton Carvalho Almeida**, Gestor da Escola Inst. Presbiteriano de Heliópolis, com endereço a Av. Frei Caneca, 320 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295.515; a **Professora Maria Patrícia dos Santos**, Gestora da Escola Estadual Profª Giselda Vieira Belo, com endereço a Rua Cel. Antonio Souto, s/n - São José - Garanhuns/PE - CEP: 55.295.120; a **Professora Izabel Cristina Marques da Silva**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Jerônimo Gueiros, com endereço a Av. Cel. Antonio Victor, 359 - São José – Garanhuns/PE - CEP: 55.295.270; a **Professora Edjane de Oliveira Silva Rodrigues**, Gestora da Escola Profª Elisa Coelho, com endereço a Rua Manoel Ouro Preto - 14 - São José - Garanhuns/PE - CEP: 55.292.260; a **Professora Áurea Maria de Oliveira**, Gestora da Escola Profª Elvira Viana, com endereço a Rua Santa Quitéria, s/n - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.298.140; a **Professora Rosângela Maria de Araújo Teixeira**, Gestora da Escola Profª Gabriela Mistral, com endereço a Rua Capitão Tomás Maia - 47 - Stª Antonio - Garanhuns/PE - CEP: 55.294.180; ao **Professor Paulo André de Almeida Paes**, Gestor da Escola São Cristovão, com endereço a Rua da Liberdade, s/n - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.296-450; a **Professora Maria José de Melo Silva**, Gestora da Escola São José, com endereço a Av. Rui Barbosa, 715 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295.530; a **Professora Cássia Maria Cardoso Gueiros Moura**, Gestora da Escola Senador Aderbal Jurema, com endereço a Rua Padre Agobar Valença, s/n - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.297.400; a **Professora Andréa Nunes de Sá Rocha**, Gestora da Escola Simoa Gomes, com endereço a Rua José Diletieri, s/n - COHAB II - Boa Vista - Garanhuns/PE - CEP: 55.290.000; a **Professora Kátia Maria Franco de Araújo**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Virgem do Socorro, com endereço a Rua Jardim Alves Pinheiro, s/n - COHAB I - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.298.480; a **Professora Vânia de Moura Barbosa Duarte**, Gestora da Escola Aplicação Profª Ivonita Alves Guerra, com endereço a Rua Capitão Pedro Rodrigues, 105 - Magano - CEP - Garanhuns/PE - CEP: 55.294.902; a **Diretoria e Comunicadores Rádio Marono FM**, com endereço Rua Pixinguinha, 360 – Magano – Garanhuns/PE - CEP: 55.294-430; a **Diretoria e Comunicadores Rádio 87 FM**, com endereço a Praça Joaquim Leão, s/n – Centro – São José – Garanhuns/PE - CEP: 55.315-000; **Diretoria e Comunicadores Rádio FM Sete Colina**, com

endereço a Rua Francisca Amaral Tino, 138 - Centro - Garanhuns/PE - CEP: 55.315-000 e aos **Dirigentes da Câmara de Lojista de Garanhuns-CDL**, com endereço a Praça João Pessoa, 32 – Heliópolis – Garanhuns/PE – CEP: 55.296-340.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 10 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8303/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Canhotinho/PE.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de Canhotinho, **Felipe Porto de Barros Wanderley Lima**, com endereço à Rua Afonso Pena, n° 122, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito da Cidade de Canhotinho, **Erinaldo dos Santos**, com endereço à Rua Afonso Pena, n° 122, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sérgio Antônio Vilela**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n - Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Célio Alberto Gomes de Amorim, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; a Excelentíssima Senhora Vereadora Aline de Oliveira e Silva, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; a Excelentíssima Senhora Vereadora Sarah Roberta Passos Leandro, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Edemilson Borges da Silva, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Edilberto de Melo Barbosa, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Érico Gustavo Tenório Vilaca Rodrigues, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Maria da Silva, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Plácido Roberto Leite dos Santos, Câmara Municipal de Vereadores de Canhotinho, com endereço à Rua Eugênio Tavares de Miranda, s/n, Canhotinho/PE – CEP: 55420-010; ao **Professor Bartolomeu Antônio Ferreira de Lima**, Gestor da Escola Amélia Gueiros Leite, com endereço a Rua Benjamim Constant, s/n - Centro – Canhotinho/PE - CEP 55.420.000; ao **Professor Paulo Henrique Gregório da Silva**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Jerônimo Gueiros, com endereço a Rua Quintino Bocaiuva, s/n - Centro – Canhotinho/PE - CEP 55.420.000; a **Professora Etiane Nanes de Oliveira**, Gestora da Escola Padre Antônio Callou de Alencar, com endereço a Rua Alto do Parasita, 208 - Centro – Canhotinho/PE -

CEP 55.420.000; a **Professora Etiane Nanes de Oliveira**, Gestora da Escola Padre Antônio Callou de Alencar, com endereço a Rua Alto do Parasita, 208 - Centro – Canhotinho/PE - CEP 55.420.000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Comunitária Canhotinho FM**, com endereço a Rua Eugenio Tavares de Miranda, 341 – Centro - Canhotinho/PE - CEP 55.420.000.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhado a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como objetivo a Promoção e o incentivo da prática esportiva no citado município como forma de minimizar a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. Como sabemos a prática esportiva é a forma por excelência de integração entre as pessoas, e oferecendo maiores oportunidades para que possa se dedicar a citada prática estaremos contribuindo para afastá-lo da marginalidade quase sempre presente nos períodos de ócio a que essas pessoas ficam expostas nessas fase da sua formação. O atendimento do pleito em questão além do que já foi dito, é uma forma das melhores para que possam ocupar o seu tempo livre e concorre sobre maneira para torná-los no futuro verdadeiros cidadãos na comunidade quem que residem. É assim sendo, é que estamos nos dirigimos as autoridades governamentais, objetivando o atendimento dessa propositura que consideramos das mais importantes, haja vista o alcance social de que se reveste. Ante o exposto é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares dessa Assembleia legislativa para que dispensem a mesma a melhor das acolhidas no intuito da sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 10 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8304/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **João Lyra Neto** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, no sentido de incluir nas metas da Atividade Promoção e Desenvolvimento do Esporte Educacional o município de Capoeiras/PE.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; a Excelentíssima Senhora **Lucineide Almeida da Silva**, Prefeita do Município de Capoeira, com endereço a Av. 31 de Março, s/n – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365.000; ao Excelentíssimo Senhor **Júlio Valença da Costa**, Vice-Prefeito do Município de Capoeira, com endereço a Av. 31 de Março, s/n – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365.000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Antônio Ferreira de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Afreu Antônio da Silva, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Ailton Lino de Araújo, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Carlos Junior Rodrigues, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Edson de Almeida Costa, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Erico Barbosa Calado, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Geraldo Soares De Barros, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Nielson dos Santos, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador Romero Reino Barros, Câmara Municipal de Vereadores de Capoeiras, com endereço a Av. 31 de Março, 68 – Centro – Capoeiras/PE – CEP: 55.365-000 e a **Professora Rosana das Neves Souto Albuquerque**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, com endereço a Praça Padre Cícero, s/n - COHAB – Capoeiras/PE - CEP 55.365.000.

Justificativa

da Câmara Municipal de Abreu e Lima, **Rostand Cavalcanti Belem**, com endereço à Av. Duque de Caxias, 334/L – Centro- Abreu e Lima/PE - CEP: 53.450-000, ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Abreu e Lima/PE, **Evandro Alves de Lima**, com endereço à Rua Nossa Senhora de Santa Rita, 10 – Galeria – Santa Rita – Centro – CEP: 53510-080 - Abreu e Lima/PE; a Excelentíssima Senhora, **Anne Banja**, Secretária de Governo, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Sérgio Arocha**, Secretário de Administração, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Carlos Cardoso dos Anjos**, Secretário de Planejamento, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Cristiane Moneta**, Secretária de Finanças, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Ana Carla Mendonça**, Secretária de Saúde, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a Excelentíssima Senhora, **Adna Rodrigues**, Secretária de Educação, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Antônio José Gadelha Jr**, Secretário de Desenvolvimento Econômico, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Dirceu Menelau**, Secretário de Habitação, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; ao Excelentíssimo Senhor, **Wellington Tiago**, Secretário de Turismo e Cultura, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 924 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53510-000; a **Professora Miriam Maria da Paz**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Maria Vieira Muliterno, com endereço a Rua Alto Bela Vista s/n – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Rosinete Justino da Silva**, Gestora da Escola de Abreu e Lima, com endereço a Rua Cedro, s/n - Cohab – Matinha - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Ronicley Negromonte de Oliveira**, Gestora da Escola Profª Stela Mª Santos Pinto Barros, com endereço a Rua Av. Manjope, 200 Timbó - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; ao **Professor Isaías Júlio de Oliveira**, Gestora da Escola General Abreu e Lima, com endereço a Av. Duque de Caxias, 660 – Centro - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Rosângela Mendes Soares Pessoa**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Luiz Rodolfo de Araújo Júnior, com endereço a Av. Pr. Amaro de Sena, s/n - Caetés I COHAB - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.520-720; a **Professora Maria de Fátima do Nascimento**, Gestora da Escola Marechal Costa e Silva, com endereço a Av. Mal. Costa e Silva, 207 - Caetés - Abreu e Lima/PE - CEP: 53.550.020; a **Professora Marinalva Lima Baracho**, Gestora da Escola Orfanato Estrela de Bethel, com endereço a Rua Missionário Signe Carlson, s/n - Alto do Planalto – Abre3u e Lima/PE – CEP: 53.520.720; ; ao **Professor Daniel Rildson Ramos do Nascimento**, Gestora da Escola Pastor Amaro de Sena, com endereço a Rua 07 - s/n - Cohab - Caetés II – Abreu e Lima/PE – CEP: 53.540-240; a **Professora Maria Teresa Gabriel Martins**, Gestora da Escola Polivalente de Abreu e Lima, com endereço a Praça da Bandeira, s/n – Centro – Abreu e Lima/PE -. CEP: 53.510.470; ao **Professor Guilherme Freire Santiago**, Gestora da Escola Profª Isaura de França, com endereço a Rua 176, s/n - Q-198 - Caetés I – Abreu e Lima/PE -. CEP 53.530.452; ; a **Professora Elisabete de Melo Dino de Amorim**, Gestora da Escola Profª Azinete Ramos Carneiro, com endereço a Rua 43 Quadra 59, s/n - Caetés III COHAB- CEP: 53.515.040 e a **Diretoria e Comunicadores da Acecal Rádio Comunitária Dom Bosco de Abreu e Lima**, com endereço a Av. D, 438 – Caetés - Abreu e Lima/PE – CEP: 53540-250.

Justificativa
<p>Nos últimos anos, a educação no estado de Pernambuco vem atingindo uma melhoria das mais significativas. No entanto, torna-se necessário inibir o problema da evasão escolar através do reforço das ações do PROJOVEM no município de Abreu e Lima/PE, atraindo um número de jovens cada vez maior. Isto porque a ferramenta educacional é um fator por excelência para que os jovens em idade escolar sejam retirados das ruas, além de inclui-los no processo educacional que também contribuirá para a queda da marginalidade, que tanto preocupa as autoridades governamentais.</p> <p>Dessa forma é que estamos encaminhando a proposição em pauta, em cujo atendimento confiamos, tendo em vista o seu grande alcance social.</p> <p>Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa que lhes dispensem a melhor das acolhidas, no intuito de viabilizá-la.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Ricardo Costa Deputado
Indicação N° 8309/2014
<p>Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, João Lyra Neto, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Ricardo Dantas, no sentido de reforçar as ações do PROJOVEM-URBANO, no município de Pombos/PE.</p> <p>Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de</p>

Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Pombos, **Josuel Vicente Lins**, com endereço à Avenida Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, à Excelentíssima Senhora Vice-Prefeita, **Rebeca Evangelista Lins**, com endereço à Avenida Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Pombos, **Vereadora Maria das Graças Bezerra**, com endereço à Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Daniel Rogério da Silva**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Pombos, **Sandra Valéria de Oliveira Silva**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Severino João do Nascimento**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Edson Luiz da Silva**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Ronaldo Batista da Silva**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Salomão Gomes de Carvalho**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Luiz Felipe Ferreira**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **Antônio Severino da Costa**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Pombos, **Margarida de Barros Melo Santos**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, **José Roberto dos Santos**, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Senhora **Maria José da Silva Barros**, com endereço à Rua Dr. Inácio de Lemos, 06 – Bairro Novo – Pombos/PE – CEP: 55630-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos**, com endereço à Travessa José Aniceto do Prado, 56 – Centro - Pombos/PE – CEP: 55630-000; a **Direção da Rádio Comunitária Brasil FM 98,50**, com endereço à Loteamento Vila Brasil,75 – Bairro Novo - Pombos/PE – CEP: 55.630-000; a Ilustríssima Senhora **Ana Maria Xavier de Melo Santos**, Gerente Regional de Educação-GRE, com endereço Rua Dr. José Augusto, s/n - Matriz de Santo Antônio - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55600-000 e a **Professora Jane Leonilda do Nascimento Cavalcante**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Capitão Manoel Gomes D’Assunção, com endereço a Rua Esperidião Vieira Sandres, 86 - Centro – Pombos/PE – CEP: 55.630.000.

Justificativa
<p>Nos últimos anos, a educação no estado de Pernambuco vem atingindo uma melhoria das mais significativas. No entanto, torna-se necessário inibir o problema da evasão escolar através do reforço das ações do PROJOVEM no município de Pombos/PE, atraindo um número de jovens cada vez maior. Isto porque a ferramenta educacional é um fator por excelência para que os jovens em idade escolar sejam retirados das ruas, além de incluí-los no processo educacional que também contribuirá para a queda da marginalidade, que tanto preocupa as autoridades governamentais.</p> <p>Dessa forma é que estamos encaminhando a proposição em pauta, em cujo atendimento confiamos, tendo em vista o seu grande alcance social.</p> <p>Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa que lhes dispensem a melhor das acolhidas, no intuito de viabilizá-la.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Ricardo Costa Deputado
Indicação N° 8310/2014
<p>Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, João Lyra Neto, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Ricardo Dantas, no sentido de reforçar as ações do PROJOVEM-URBANO, no município de Escada/PE.</p> <p>Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, João Lyra Neto, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, Ricardo Dantas, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Lucrecio Jorge Gomes Pereira da Silva, com endereço à com endereço à Avenida São José, 101 – Centro – Escada/PE - CEP: 55.500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito Lailton Savio Sousa Nogueira, com endereço à Avenida São José, 101 – Centro – Escada/PE - CEP: 55.500-970; ao Excelentíssimo Senhor</p>

Presidente da Câmara Municipal de Escada, Vereador **Rinaldo José de Lima**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Alberto Pereira Oliveira**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Arlindo Pereira Oliveira Filho**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Elias Ribeiro de Carvalho**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Flavio Rodrigues da Silva**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Jose Macedonio Soares**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Jose Mario do Nascimento**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Paulo Savio de Almeida Junior**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Rodrigo Fabiany Wanderley Pontes de Melo**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Severino André Dias Junior**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Escada, **Severino Francisco dos Santos**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Escada, **Sandra Valéria Rodrigues Vieira do Nascimento**, com endereço à Rua da Matriz, 97 – Centro – Escada/PE – CEP: 55500-970; a **Prof.ª Risolene Rita de Melo Ferraz Barreto**, Gestora Escola Técnica Estadual Luiz Dias Lins, com endereço na BR-101 - Sul – Km-124, s/n - Riacho do Navio - Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao **Prof. Tony Manoel Catta**, Gestor Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Eraldo Campos, com endereço a Av. 24 de maio, s/n - Santo Antônio - Escada/PE – CEP: 55.500.000; a **Prof.ª Maria Aparecida Albuquerque Santos Pinheiro**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Mons. João Rodrigues de Carvalho, com endereço na Praça da Bandeira, 23 – Centro - Escada/PE – CEP: 55.500.000; a **Prof.ª Maria Marta Lima de Sousa**, Gestora Escola Dr. Fernando Campelo, com endereço na Rua 07 de Setembro, 104 - Riacho do Navio - Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao **Prof. Nicodemus Francisco de Lima**, Gestor Escola Vigário Pedrosa, com endereço na Rua Dr. Alfredo Corrêa, s/n - Atalaia - Escada/PE – CEP: 55.500.000; ao Ilustríssimo Senhor **José Alves da Silva**, com endereço à Rua Antônio Ramiro, 06 – Vila Operária – Escada/PE – CEP: 55000-000; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Comunitária de Frexeiras FM**, com endereço a **Rua Ministro André Cavalcanti**, s/n - Vila Frexeiras – Escada/PE – CEP: 55000-000; à **Diretoria e Comunicadores da Rádio Digital FM**, com endereço a Rua Vigário Simão, s/n – Centro – Escada/PE – CEP: 55000-000 e a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Alternativa FM 105.9**, com endereço a Av. São José, 40 – Centro – Escada/PE – CEP: 55000-500.

Justificativa
<p>Nos últimos anos, a educação no estado de Pernambuco vem atingindo uma melhoria das mais significativas. No entanto, torna-se necessário inibir o problema da evasão escolar através do reforço das ações do PROJOVEM no município de Escada/PE, atraindo um número de jovens cada vez maior. Isto porque a ferramenta educacional é um fator por excelência para que os jovens em idade escolar sejam retirados das ruas, além de inclui-los no processo educacional que também contribuirá para a queda da marginalidade, que tanto preocupa as autoridades governamentais.</p> <p>Dessa forma é que estamos encaminhando a proposição em pauta, em cujo atendimento confiamos, tendo em vista o seu grande alcance social.</p> <p>Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa que lhes dispensem a melhor das acolhidas, no intuito de viabilizá-la.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Ricardo Costa Deputado
Indicação N° 8311/2014
<p>Indicamos à Mesa ouvido o Plenário, e cumprida às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo, ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura de Pernambuco, João Bosco de Almeida, no sentido de viabilizar a pavimentação da rua Pagé, no bairro Mauricéia - Ipsep, localizada no município de Recife, neste estado. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Secretario de Infraestrutura de Pernambuco, João Bosco de Almeida, com endereço a Av. Cruz Cabugá, nº1111, Santo Amaro, Recife – PE, CEP: 50040-000; ao Ilmo. Sr. Israel Jerônimo da Silva, com endereço na rua Pagé, nº 69, Mauricéia – Ipsep, Recife – PE, CEP: 51350-640; e aos Jornais do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, todos neste Estado.</p>

Justificativa
<p>O pleito em questão visa atender a uma antiga reivindicação da população que reside na rua Pagé, no bairro Mauricéia - Ipsep, localizada no município de Recife. A citada via encontra-se atualmente em péssima condição de trafegabilidade.</p> <p>Ressalte-se que na citada rua houve alguns reparos realizados pela COMPESA, que deixaram a mesma fora de nível, causando bastantes alagamentos na região.</p> <p>O atendimento ao referido pleito certamente será de grande relevância para esta comunidade, assim como para as regiões circunvizinhas, uma vez que trará uma melhor acessibilidade para o deslocamento de seus moradores.</p> <p>Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de junho de 2014.

Sérgio Leite Deputado

Indicação N° 8312/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, **Ricardo Dantas**, no sentido de reforçar as ações do **PROJOVEM-URBANO, no município de Surubim/PE**.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, com endereço à Av. Afonso Olindense, 1513–Várzea-Recife/PE-CEP: 50.810-000; ao Excelentíssimo Senhor **Túlio José Vieira Duda**, Prefeito do Município de Surubim, com endereço à Rua João Batista, 80 – Centro - Surubim/PE - CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice - Prefeito do Município de Surubim, **Fábio Luis Farias Barbosa**, com endereço à Rua João Batista, 80 – Centro - Surubim/PE - CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Surubim, Vereador Fabricio Gonçalves de Brito**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Surubim, **Roselia Maria dos Anjos Silva**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Josivaldo Jose da Silva**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Frederico Jorge Gomes Lafayette**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Luciano Medeiros Filho**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE - CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Jose da Costa Silva**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Paulo Cesar Antunes Lima**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Lucio Fabricio da Silva**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Salatiel Jose de Lima**, com endereço à Av. Monsenhor Luiz Ferreira Lima, 95 – Centro - Surubim/PE CEP: 55.750-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Surubim, **Paulo Cesar Antunes Lima**, com endereço à Av. Jerônimo Heráclio, 436 – Centro – Surubim/PE – CEP: 55.750-000; à **Direção da Rádio Integração FM**, com endereço à Rod. PE 005, s/n - Centro – Surubim/PE – CEP: 55.750-000; a **Direção da Rádio POP FM**, com endereço à Rua Estácio Coimbra, 131 – Centro – Surubim/PE – CEP: 55.750-000; a Professora **Izabel Cristina de Araújo Moraes Vilar Oliveira**, Gestora da Escola Técnica Antônio Arruda de Farias, com endereço Rua Antônio Heráclito do Rego, s/n - Centro – Surubim/PE - CEP: 55.750-000; a Professora **Sônia Maria da Silva Barbosa**, Gestora da Escola Ana Faustina, com endereço Rua Agamenon Magalhães, 279 - Centro - Surubim/PE - CEP: 55.750-000; a Professora **Alessandra Marcos de Aguiar**, Gestora da Escola Maria Cecília Barbosa Leal, com endereço Av. São Sebastião, 1004 - Centro - Surubim/PE - CEP: 55.750-000; ao Professor **João Rodrigues dos Santos Filho**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Natalícia Mª Figueirôa da Silva, com endereço Rua da Cohab 02 ,s/n - Bairro Santo Antonio – Surubim/PE - CEP: 55.750-000; a Professora **Sônia de Arruda Cruz**, Gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Severino Farias, com endereço Av. Severino Clemente de Arruda, 307 - Centro - Surubim/PE - CEP: 55.750-000; a **Diretoria e Comunicadores da Associação Comunitária Surubinense de**

Radiodifusão, com endereço a Rua Perpedigna de Souza Barbosa, 80 – Centro – Surubim/PE - CEP: 55.750-000; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Integração FM**, com endereço a Rua Joaquim José C. Neto, 423 – Centro – Surubim/PE - CEP: 55.750-000; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Surubim**, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 228 – São José – Surubim/PE - CEP: 55.750-000; a **Diretoria e Comunicadores da Rádio Pop DM**, com endereço a Rua Doutor Estácio Coimbra, 131 - Centro – Surubim/PE - CEP: 55.750-000 e a **Diretoria da Câmara de Dirigentes Lojista de Surubim**, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 272 – Lot. da Exposição – Surubim/PE – CEP: 55.750-000.

Justificativa
<p>Nos últimos anos, a educação no estado de Pernambuco vem atingindo uma melhoria das mais significativas. No entanto, torna-se necessário inibir o problema da evasão escolar através do reforço das ações do PROJOVEM no município de Surubim/PE, atraindo um número de jovens cada vez maior. Isto porque a ferramenta educacional é um fator por excelência para que os jovens em idade escolar sejam retirados das ruas, além de incluí-los no processo educacional que também contribuirá para a queda da marginalidade, que tanto preocupa as autoridades governamentais.</p> <p>Dessa forma é que estamos encaminhando a proposição em pauta, em cujo atendimento confiamos, tendo em vista o seu grande alcance social.</p> <p>Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa que lhes dispensem a melhor das acolhidas, no intuito de viabilizá-la.</p>
Sala das Reuniões, em 10 de junho de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8313/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **Aliança – PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Prefeito, Exmo. Sr. **Cláudio Fernando Guedes**, (rua domingos Braga S/Nº - Centro – Aliança – PE – CEP: 55890.000), aos vereadores do município e ao **Pastor Israel Maciel Aureliano**, (Rua Major Berlamino Pessoa n.º 289 – Centro Aliança – CEP. 58.890.00).

Justificativa
<p>O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as policias CIVIL e MILITAR devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais.</p> <p>Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 8314/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **Agrestina – PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento ao Prefeito, Exmo. Sr. **Thiago Lucena Nunes**, (rua capitão manoel matolino n.º 21 - Centro – Agrestina – PE – CEP. 55495.000), aos vereadores do município e ao **Pastor Elizael Alves de Oliveira**, (Rua clementino ferreira de andrade n.º 58 – Centro – Agrestina – CEP. 55.495.000)

Justificativa
<p>O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as policias CIVIL e MILITAR devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais.</p> <p>Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.</p>

Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.
Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 8315/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **Afrânio – PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento a Prefeita, Exma. Sra. **Maria Lúcia Mariano**, (rua coronel clementino coelho 203 - Centro – Afrânio – PE – CEP. 58890.000), aos vereadores do município e ao **Pastor Almir Vieira de Sousa** , (END: RUA CLEMENTINO FERREIRA DE ANDRADE, 58, CENTRO,AGRESTINA-PE / CEP: 55 495-000).

Justificativa
<p>O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as policias CIVIL e MILITAR devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais.</p> <p>Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 8316/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **Altinho – PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento a Prefeito, Exmo. Sr. **José Ailson de Oliveira**, (rua doutor Nestor varejão / - Centro – Altinho – PE – CEP. 55490.000), aos vereadores do município e ao **Pastor Dário Alves da Silva**, END: RUA CORONEL JOÃO GUILHERME, 143, CENTRO, ALTINHO-PE / CEP: 55 490-000).

Justificativa
<p>O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as policias CIVIL e MILITAR devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais.</p> <p>Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 8317/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **Águas Belas – PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento a Prefeito, Exmo. Sr. **Genivaldo Menezes**, (praça Manoel Henrique de Lima S/Nº Centro – Águas Belas - PE– CEP. 55340.000), aos vereadores do município e ao **Pastor Carlos José da Silva**, (AV. CORONEL ALFREDO DUARTE, 109, CENTRO, ÁGUAS BELAS-PE – CEP. 55340.000)

Justificativa
<p>O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as policias CIVIL e MILITAR devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os</p>

trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais.

Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.
Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 8318/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de **Alagoinha – PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento a Prefeito, Exmo. Sr. **Maurício de Almeida Silva**, (praça barão do rio branco 153 / Centro – Alagoinha - PE– CEP. 55.260.000), aos vereadores do município e ao **Pastor Gediel Rodrigues**, (RUA PETRÓPOLE, 23, VILA ANÁPOLE, PESQUEIRA - PE / CEP: 55 200-000)

Justificativa
<p>O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as policias CIVIL e MILITAR devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais.</p> <p>Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 8319/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado **João Lyra Neto** Secretário de Defesa Social, Sr. **Alessandro Carvalho Liberato de Matos**, para que seja providenciado **Reforço Policial**, para o município de Abreu e Lima – **PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento a Prefeito, Exmo. Sr. **Marcos José da Silva**, (Av. Duque de caxias 924 / Centro – Abreu e Lima - PE– CEP. 55.510.000), aos vereadores do município e ao **Pastor Sérgio Correia da Silva**, (AV. CRUZ CABUGÁ, 29 - SANTO AMARO, RECIFE-PE - CEP: 50 040-000).

Justificativa
<p>O pedido é uma medida urgente e necessária, haja vista que tem ocorridos inúmeros assaltos chegando até à assassinato. Como sabemos, a violência dos grandes centros urbanos é grande e nas pequenas localidades, também, pondo em risco a segurança e integridade física dos cidadãos. Entendemos que as policias CIVIL e MILITAR devem, urgentemente, empreender ações essenciais e ostensivas de desarmamento e prisão de suspeito para que os trabalhadores e as pessoas de bem possam viver em paz, livres de ações nefastas dos marginais.</p> <p>Considerando o pleito justificado, e tendo em vista a relevância, só nos resta solicitar aos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação no intuito do seu atendimento.</p>
Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Adalto Santos
Deputado

Requerimentos

Requerimento N° 3516/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que no dia 21 de agosto de 2014, seja realizado no Plenário desta Casa um Grande Expediente Especial para comemoração de 110 anos da Festa do Morro da Conceição. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Arcebispo de Olinda e Recife, V. Exa. Reverendíssimo Dom Fernando Saburido, com endereço na Cúria Metropolitana na Av. Rui Barbosa, nº 408, Graças, Recife/PE e o Padre José Roberto França da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, com endereço na Praça da Conceição, 174, Casa Amarela, Recife/PE.

Justificativa
<p>A história da Paróquia do Morro da Conceição no Recife caminha junto com a da réplica da imagem da Virgem da Conceição vinda da França em 1904. Em comemoração ao Cinquentenário do Dogma da Imaculada Conceição no Brasil, o bispo de Olinda D. Luís Raimundo mandou construir uma capela em estilo gótico, no atual Morro da Conceição em Casa Amarela, cuja inauguração foi realizada no dia 8 de dezembro de 1906. Até então a capela pertencia à comunidade do Poço de Panelas, bairro da cidade do Recife.</p> <p>Devido ao desenvolvimento urbano do local, houve o desmembramento da área para criação da nova Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Morro, instaurada em 8 de dezembro de 1974. No ano seguinte, a paróquia passou a denominação de Matriz do Morro da Conceição.</p> <p>A Festa de Nossa Senhora da Conceição mantém uma tradição centenária de reunir milhares de pessoas para prestar homenagem a Nossa Senhora . O período comemorativo começa no dia 29 de novembro, com a realização da procissão da bandeira, levando uma bandeira alusiva a Nossa Senhora da Conceição, e termina com a procissão da imagem em 08 de dezembro.</p> <p>A “Festa do Morro”, como é conhecida popularmente, chega a sua 110° edição, comemorando os 160 anos da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição, concedido pelo papa Pio IX. A data, que se tornou feriado no Recife, já faz parte do calendário dos católicos pernambucanos.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de junho de 2014.

Terezinha Nunes
Deputada
REPUBLICADO

Requerimento N° 3531/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Aplauso a FPK (Federação Pernambucana de Karatê), ao presidente Paulo Franco Freire Júnior, por ser a única entidade oficial de administração do karatê no estado de Pernambuco. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento:

- Ao presidente, sr. Paulo Franco Freire Júnior, presidente da Federação Pernambucana de Karatê;

no endereço rua João Francisco Lisboa, 121 - CEP: 50741-100, Recife/PE.

Justificativa
<p>Este voto de aplauso deve ser concedido a Federação Pernambucana de Karatê (FPK), entidade fundada em 20 de setembro de 1982, única Entidade Oficial de Administração do Karatê em todo o estado de Pernambuco. Filiada à Confederação Brasileira de Karatê (CBK), entidade Vinculada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), responsável por selecionar karatecas para os Jogos Sulamericanos e Jogos Panamericanos.</p> <p>O Karatê, com seu código de ética, com suas virtudes, tais como: Honra, Lealdade, Coragem, Gratidão, Polidez, Retidão e Sinceridade, é uma parte essencial do treinamento que deve fazer parte do mundo de jovens e adolescentes.</p> <p>O karatê oferece a oportunidade de conhecer o “verdadeiro caminho”, com os seus valores esquecidos. Eles reconduzem ao centro interior, resgatando valores éticos e morais muito valorizados no passado. Estes valores que são passados e recolocados com uma intensa força e seriedade são de um valor inestimável, num momento em que a humanidade parece estar desorientada e os valores morais e éticos parecem distorcidos.</p> <p>Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.</p>
Sala das Reuniões, em 4 de junho de 2014.

Betinho Gomes
Deputado

Requerimento N° 3532/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja formulado um Voto de Aplauso ao artista Adelio Lima, em reconhecimento ao seu trabalho como ator do filme Gonzaga - de Pai para Filho e outras obras. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao senhor Adélio Lima, com endereço na Rua Carmem Santiago Queiroz, 24, Bairro do Salgado, Caruru/PE, CEP: 55018-210.

Justificativa
<p>A Câmara Municipal de Caruaru concedeoru recentemente, com a Medalha Álvaro Lins, o talentoso artista Adélio Lima, que eternizou nas telas do cinema o nosso rei do baião no filme Gonzaga – de Pai para Filho.</p> <p>Foi uma justa homenagem em reconhecimento ao trabalho desse profissional, que após o filme, passou a ser conhecido nacionalmente e mostrou um pouco de nossa cultura para todos.</p> <p>Adélio Lima iniciou suas atividades artísticas em 1988, aos dezessete anos, no TEA – Teatro Experimental de Artes de</p>

Caruaru, com Argemiro Pascoal, participando da peça “Boi de Vitalino, Histórias do País de Caruaru” e participou ainda dos espetáculos teatrais: “Cancão de Fogo”, “Brasil de Cabo a Rabo 1 e 2”, “Bailei na Curva”, “Laços de Vida” e “o Busto do Coronel”. Com o sucesso da interpretação de Luiz Gonzaga, Adélio Lima foi contratado pela rede globo e participou da novela “Jóia Rara”, onde interpretou o personagem Josias. Atualmente, o ator participa da campanha publicitária do “São João 2014” de Caruaru e atua como agente cultural da fundação de cultura da cidade.

Lembro ainda quando Adélio era criança, com seus quatro anos de idade, quando sua mãe, Dona Socorro, era funcionária da lavanderia de um hospital de pequeno porte de nossa propriedade. É gratificante a gente vê o crescimento desse grande profissional, hoje projetado nacionalmente.

É muito importante que os nossos talentos sejam valorizados e reconhecidos, pois a cultura é um instrumento transformador que estas pessoas ajudam a consolidar na sociedade. Adélio Lima é merecedor desta honraria e tenho certeza que continuará abrilhantando nossos palcos, telas e compartilhando sua arte para seguir orgulhando o povo caruaruense.

Diante do exposto, solicito aos meus pares nesta Casa a aprovação deste requerimento, como mais um reconhecimento ao trabalho dessa grande profissional.

Sala das Reuniões, em 11 de junho de 2014.

Laura Gomes
Deputada

Ata de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2014.

TEMA: DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DE PROJETOS.

Aos 10 dias do mês de junho do ano de 2014, às 11:00 horas, no Plenarinho II, 5º andar desta Assembleia Legislativa, reuniram-se o Deputado Betinho Gomes, Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, a Deputada Terezinha Nunes e o Deputado Zé Maurício, membros suplentes. Observado o quórum regimental o Presidente declarou aberta a reunião e em seguida iniciou a distribuição dos seguintes projetos: 01– Projeto de Resolução nº 2026/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Pastor Baruch da Silva), relator Deputado Betinho Gomes; 02– Projeto de Lei Ordinária nº 2032/2014, de autoria do Deputado

Clodoaldo Magalhães (Ementa: Dispõe sobre a segurança bancária no Estado de Pernambuco e dá outras providências), relatora Deputada Terezinha Nunes. Concluída a distribuição, o Sr. Presidente colocou em discussão os seguintes Projetos: 01– Projeto de Resolução nº 2012/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Concede Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a cantora Damares Alves Bezerra de Oliveira), relator Deputado Sérgio Leite, aprovado à unanimidade dos Deputados; 02– Projeto de Resolução nº 2013/2014, de autoria do Deputado Aluísio Lessa (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Sr. Cleodorvino Belini), relator Deputado Zé Maurício, aprovado à unanimidade dos Deputados; 03– Projeto de Resolução nº 2014/2014, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a Márcio Stefanni Monteiro Moraes), relator Deputado Betinho Gomes, aprovado à unanimidade dos Deputados; 04– Projeto de Resolução nº 2015/2014, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, post mortem, a Ruy Pereira dos Santos), relator Deputado Sérgio Leite, aprovado à unanimidade dos Deputados; 05– Projeto de Resolução nº 2020/2014, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Ilustríssima Senhora Ana Maria Martins Cézár de Albuquerque), relator Deputado Betinho Gomes, aprovado à unanimidade dos Deputados; 06 - Projeto de Resolução nº 2021/2014, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Concede Título de Cidadão Pernambucano ao Sr. Angelo Bellelis), relator Deputado Sérgio Leite, aprovado à unanimidade dos Deputados; 07 - Emenda Modificativa nº 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1873/2014, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº1873/2014.), relator Deputada Terezinha Nunes, aprovado à unanimidade dos Deputados; 08–Substitutivo nº 01, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1824/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nº1824/2014), relator Deputado Clodoaldo Magalhães, aprovado à unanimidade dos Deputados; 09– Projeto de Resolução nº 2026/2014, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Pastor Baruch da Silva), relator Deputado Betinho Gomes, aprovado à unanimidade dos Deputados; 10- Projeto de interesse do Comitê de Combate à Tortura – Altera a Lei 14.863 de 7 de dezembro de 2012. (discussão sobre a admissibilidade por parte da CCDHPP), aprovado à unanimidade dos Deputados. EXTRA PAUTA foram discutidos as seguintes propostas: 01- Proposta de Concessão de Medalha Leão do Norte, Classe Ouro, mérito “Direitos Humanos Herbert de Souza” ao Sr. Silvino José do Nascimento Neto, aprovado à unanimidade dos Deputados; 2- Proposta de Grande Expediente Especial em comemoração aos “50 anos da Cidade

Evangélica dos Órfãos”, aprovado à unanimidade dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente Reunião Ordinária. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Betinho Gomes
Presidente da Comissão de Cidadania,
Direitos Humanos e Participação Popular

Deputada Terezinha Nunes
Membro Suplente

Deputado Zé Maurício
Membro Suplente

Portarias

PORTARIA Nº 229/14

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 542954/2014 e Parecer da Procuradoria Geral nº 0251/2014, **RESOLVE:** Conceder a **JOÃO AURELIANO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 263, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença-prêmio por cada decênio, para gozo oportuno, correspondentes aos 1º (primeiro) e 2º (segundo) decênios, completados em 11 de julho de 1995 e 11 de julho de 2005, respectivamente, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 11 de junho de 2014.

MARCELO CABRAL E SILVA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 230/14

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 830732/2014 e Parecer da Procuradoria Geral nº 0280/2014,

Sala Austro Costa, 11 de junho de 2014.

MARCELO CABRAL E SILVA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 231/14

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Requerimento Funcional nº 367384 e Ofício nº 936/2014, do Presidente deste Poder Legislativo, Deputado Guilherme Uchoa, **RESOLVE:** fazer retornar a Câmara Municipal de Nazaré da Mata, a pedido, o servidor **DARIO VEIGA XAVIER**, retroagindo ao dia 1º de junho do corrente ano.

Sala Austro Costa, 11 de junho de 2014.

MARCELO CABRAL E SILVA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 232/14

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 172202/2014 e Parecer da Procuradoria Geral nº 0287/2014, **RESOLVE:** Considerar licenciada para gozo de Licença Prêmio, no período de 02 (dois) meses, referente ao 3º (terceiro) decênio, a partir de 05 de junho do corrente ano, a servidora **MARIA DO SOCORRO DE MORAIS MELLO**, matrícula nº 294, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 11 de junho de 2014.

MARCELO CABRAL E SILVA
Superintendente Geral

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA



MESA DIRETORA:

Deputado Guilherme Uchoa
Presidente

Deputado Marcantônio Dourado
1º Vice - Presidente

Deputado André Campos
2º Vice - Presidente

Deputado João Fernando Coutinho
1º Secretário

Deputado Claudiano Martins Filho
2º Secretário

Deputado Sebastião Oliveira Júnior
3º Secretário

Deputado Eriberto Medeiros
4º Secretário

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br